



Técnica

contato@valorconsultores.com.br

LAUDO DE CONSTATAÇÃO PRÉVIA

Viação Sudoeste Transportes e Turismo Ltda.

Sudoeste Transportes Ltda.

Sud Log Transporte De Cargas Ltda.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL N. 0004171-21.2023.8.16.0083

1ª VARA CÍVEL DE FRANCISCO BELTRÃO/PR



SUMÁRIO

1. GLOSSÁRIO	3
2. INTRODUÇÃO.....	4
2.1 OBJETIVO	4
2.2 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	4
3. DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	5
3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	5
3.2 RAZÕES DA CRISE	7
3.3 CRÉDITOS SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	9
3.3 CRÉDITOS NÃO SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL	11
4. CONSTATAÇÃO DA REAL SITUAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DAS EMPRESAS.....	12
5. ESTRUTURA DO GRUPO ECONÔMICO E CONFIGURAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL.....	18
5.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA DO GRUPO ECONÔMICO SUDOESTE.....	18
5.2 DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL.....	19
6. ANÁLISE CONTÁBIL E FINANCEIRA	32
6.1 BALANÇO PATRIMONIAL	32
6.1.1 Ativo	32
6.1.2 Passivo	35
6.2 INDICADORES FINANCEIROS.....	37
6.2.1 Índices de Liquidez	37
6.2.3 Índices de Liquidez Geral	38
6.2.3 Índices de Endividamento.....	38
6.2.4 Índices de Rentabilidade.....	39
6.2.5 Capital Circulante Líquido.....	40
6.3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	41
6.3.1 Receitas	42
6.3.2 Lucro Bruto	43
6.3.3 Receitas X Despesas Operacionais	43
6.3.4 Evolução do Ebitda	44
6.3.5 Resultado Operacional x Resultado Líquido do Exercício.....	45
6.4 FLUXO DE CAIXA PREVISTO	45
7. VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS PARA PROPOSITURA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	47
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUTNU ZELA4 5PAUG JOBRA



1. GLOSSÁRIO

AC	Ativo Circulante
ANC	Ativo Não Circulante
BP	Balanço Patrimonial
CCL	Capital Circulante Líquido
CMV	Custo das Mercadorias Vendidas
CPV	Custo dos Produtos Vendidos
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
IRPF	Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
LRE	Lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária
PC	Passivo Circulante
PL	Patrimônio Líquido
PNC	Passivo Não Circulante
REQUERENTES	VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA., SUDOESTE TRANSPORTES LTDA., e SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA.
RJ	Recuperação Judicial
TÉCNICA	Valor Consultores Associados Ltda.
VALOR	Valor Consultores Associados Ltda.

2. INTRODUÇÃO

2.1 Objetivo

Trata-se de pedido de Recuperação Judicial formulado pela empresa VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.026.255/0001-59, SUDOESTE TRANSPORTES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.343.801/0001-85, e SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA., inscrita no CNPJ/MF nº 12.542.685/0001-87, todas estabelecidas na Avenida Luiz Antônio Faedo, 2332, São Cristóvão, no Município de Francisco Beltrão – Estado do Paraná, CEP 85.601-275, autuado sob o nº 0004171-21.2023.8.16.0083 e em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Francisco Beltrão – Estado do Paraná.

Através do despacho constante em seq. 16, a D. Juíza determinou a realização de constatação das reais condições de funcionamento das empresas, bem como de perícia preliminar com análise formal dos documentos exigidos pela norma recuperacional, nos termos do que dispõe o art. 51-A, §5º da Lei 11.101/2005.

2.2 Considerações Preliminares

A presente análise realizada pela Técnica baseou-se em:

- a) Documentação apresentada nos autos;
- b) Informações operacionais, gerenciais, contábeis e financeiras existentes no processo e prestadas pelo representante da Requerente durante as diligências realizadas;
- c) Constatações aferidas em vistorias *in loco* nos estabelecimentos comerciais das Requerentes.

Tais elementos serviram de base para elaboração deste Laudo, a fim de constatar a real situação de funcionamento das empresas, bem como se ela



atende aos pressupostos do pedido de Recuperação Judicial, previstos na Lei 11.101/2005, mais especificadamente em seus artigos 48 e 51.

3. DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

3.1 Breve Contextualização

As empresas VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA., SUDOESTE TRANSPORTES LTDA., e SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA., componentes do grupo familiar SUDOESTE TRANSPORTES, ajuizaram pedido de Recuperação Judicial com pedido de consolidação substancial em data de 12/06/2023, sob a justificativa de enfrentamento de crise econômico-financeira.

De acordo com o enunciado em Petição Inicial, todas as Requerentes atuam no setor de transporte rodoviário, seja desenvolvendo atividades de i) transporte coletivo de passageiros, ramo no qual atendem a região sudoeste do Estado do Paraná, compreendida entre as cidades de Francisco Beltrão, Cascavel e Laranjeiras do Sul, e uma linha interestadual que liga as cidades de Nova Prata do Iguaçu-PR e Joinville-SC; como realizando o ii) transporte de cargas secas e fracionadas, que conta com representação nos Estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

De modo específico, é narrado na exordial que a Requerente VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA. iniciou sua atividade em 01/09/1997, sendo que hoje, figura em seu quadro societário Sr. Osvanir Saggin e sua esposa, Sr. Sirlei Saggin. A empresa possui como atividade econômica o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana; transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal; serviço de transporte de passageiros – locação de automóveis com



motorista; transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional; transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional (mov. 1.76), possuindo para tanto filiais nos municípios de Joinville – SC, Guarulhos – SP e Guarapuava – PR.

Sr. Osvanir Saggin ainda figura como fundador da sociedade limitada unipessoal e 2ª (segunda) Requerente, SUDOESTE TRANSPORTES LTDA, cuja origem remete-se à data de 01/02/1998. Seu objetivo social é o transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; organização logística do transporte de carga. Através da expansão dos seus serviços, possui, atualmente, 7 (sete) filiais ativas, estas estabelecidas nas cidades de Joinville – SC, São José dos Pinhais – PR, Guarulhos – SP, Guarapuava – PR, Londrina – PR, Maringá – PR e Cascavel – PR (mov. 1.60).

Nessa esteira expansiva e de crescente demanda, é ainda exposto inicialmente, que foi constituída no ano de 2010, pelos filhos do casal Osvanir e Sirlei Saggin, Fernando Saggin e Marcelo Saggin, a 3ª (terceira) Requerente SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA., para o desempenho do transporte rodoviário de carga, exceto de produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional. Em sua cadeia empresarial, conta a mencionada Requerente com 6 (seis) filiais, estas situadas em São José dos Pinhais – PR, Guarapuava – PR, Londrina – PR, Guarulhos – SP, Maringá – PR e Cascavel – PR (mov. 1.24).

Contudo, em que pese afirmem terem expandido acentuadamente suas atividades no setor de atuação, construindo um nome que hoje é referência entre as principais empresas do ramo no Estado do Paraná, foram fortemente impactados pelos nefastos efeitos da pandemia da COVID-19, que instaurou



uma crise generalizada no ramo de transporte coletivo de passageiros, ocasionando a queda significativa de usuários em todo o país.

Considerando este cenário, o pedido de Recuperação Judicial significaria a possibilidade de sua reestruturação econômica e a satisfação de seus credores, ao passo em que ainda proporcionará a manutenção de sua atividade, preservando o desenvolvimento profissional e pessoal dos inúmeros funcionários que possui.

3.2 Razões da Crise

Segundo esclarecimentos prestados inicialmente, a situação de crise econômico-financeira, atualmente, enfrentada pelas Requerentes deve-se aos reflexos decorrentes das medidas sanitárias e restritivas de circulação de pessoas, implementadas durante a pandemia da COVID-19, principalmente entre os anos de 2020 e 2022.

A fim de melhor contextualizar como tal fator foi determinante para gerar a crise em evidência, relatam que tratam-se de empresas de transporte de passageiros que só podem operar através de concessões públicas reguladas pela ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, e por órgãos estaduais e federais, de modo que para mantê-las devem seguir os padrões e as taxas estabelecidas pelas agências concessionárias.

Isso significa que após a concessão, devem atender aos padrões de tarifa, lotação, frequência das linhas e estado de conservação dos veículos, sendo-lhes vedada a diminuição do fluxo de veículos em atendimento, assim como os ajustes de valores através da relação custos x receitas.



A partir disso, denotam as Requerentes que as medidas governamentais de *lockdown* ocorridas durante a pandemia atingiram gravemente o seu setor de atuação, ocasionando a queda no número de passageiros rodoviários, situação agravada com a proibição de circulação de veículos de transportes de passageiros por mais de 4 (quatro) meses, citando como exemplo os Decretos SC nº 521/2020 e 630/2020.

Nesse passo, consubstanciando-se como empresas que possuem custos fixos e quase que permanentes, com a obrigatoriedade de manter certo número de veículos em operação, e logo, a necessidade de se manter empregados um certo número de funcionários, ainda, sob taxas pré-estabelecidas, as Requerentes acabaram por ter um descompasso entre seus ganhos e despesas, decorrente da baixa demanda pelo transporte oferecido.

Isso resultou na elevação em 51,74% do seu endividamento nos anos de 2021, 2022 e 2023. Consequentemente, houve a redução gradativa de receita para fazer frente aos custos operacionais apresentados, dentre os quais cita-se, como exemplo, a elevação do valor em mais de 35% (trinta e cinco por cento) de seu principal insumo, o óleo diesel, a manutenção dos funcionários, bem como da frota de veículos.

Além disso, as empresas afirmam que os veículos utilizados nas operações, seja ônibus ou caminhões são comprados através do Leasing ou Finame, o que gera uma constante pressão em seu custo fixo mensal, representando grande parcela do seu endividamento. A situação que não foi amenizada com o advento da pandemia, quando não conseguiram negociar com as instituições financeiras, perdura até os dias atuais, sofrendo as ameaças de ingresso de medida de busca e apreensão



Em paralelo, contribuindo para que a crise econômica se agravasse ainda mais, citam a elevação da taxa de juros praticados pelo Banco Central do Brasil, o que acabou por aumentar de forma imediata os custos financeiros do endividamento das Requerentes.

Em virtude disso, após análises e estudos realizados sobre os números auferidos pelas empresas, chegaram à conclusão de que não possuiriam condições de continuar a sua operação sem o auxílio de um procedimento que lhes permitiria renegociar o seu endividamento sem proteger os seus ativos, ingressando com o presente pedido de Recuperação Judicial.

3.3 Créditos Sujeitos à Recuperação Judicial

Nos movimentos 1.148 a 1.150, as Requerentes apresentaram Relação de Credores sujeitos aos efeitos da presente Recuperação Judicial (art. 49, LRE), além de relação individualizada por empresa do grupo, através dos quais infere-se que as empresas declaram possuir no total uma dívida concursal da ordem R\$ 21.570.038,78 (vinte e um milhões, quinhentos e setenta mil, trinta e oito reais e setenta e oito centavos), sintetizada nos quadros a seguir:

RELAÇÃO DE CREDITORES DA SUD LOG TRANSPORTES ART. 51, INCISO III, DA LEI N. 11.101/2005		
CLASSE	QTDE CREDITORES	VALOR
CLASSE I - TRABALHISTAS	6	R\$ 4.668,49
CLASSE II - GARANTIA REAL	1	R\$ 426.958,97
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS	5	R\$ 7.837.527,64
CLASSE IV - REPRESENTANTES ME/EPP	-	-
TOTAL	12	R\$ 8.269.155,10

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTNU ZELA4 5PAUG JOBRA

RELAÇÃO DE CREDORES DA SUDOESTE TRANSPORTES ART. 51, INCISO III, DA LEI N. 11.101/2005		
CLASSE	QTDE CREDORES	VALOR
CLASSE I - TRABALHISTAS	2	R\$ 1.966,05
CLASSE II - GARANTIA REAL	5	R\$ 4.298.758,01
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS	29	R\$ 4.737.141,67
CLASSE IV - REPRESENTANTES ME/EPP	44	R\$ 149.026,99
TOTAL	80	R\$ 9.186.892,72

RELAÇÃO DE CREDORES DA VIAÇÃO SUDOESTE ART. 51, INCISO III, DA LEI N. 11.101/2005		
CLASSE	QTDE CREDORES	VALOR
CLASSE I - TRABALHISTAS	3	R\$ 2.219,14
CLASSE II - GARANTIA REAL	1	R\$ 305.044,30
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS	16	R\$ 3.792.015,07
CLASSE IV - REPRESENTANTES ME/EPP	17	R\$ 14.712,45
TOTAL	37	R\$ 4.113.990,96

RELAÇÃO DE CREDORES CONSOLIDADA ART. 51, INCISO III, DA LEI N. 11.101/2005		
CLASSE	QTDE CREDORES	VALOR
CLASSE I - TRABALHISTAS	11	R\$ 8.853,68
CLASSE II - GARANTIA REAL	7	R\$ 5.030.761,28
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS	50	R\$ 16.366.684,38
CLASSE IV - REPRESENTANTES ME/EPP	61	R\$ 163.739,44
TOTAL	129	R\$ 21.570.038,78

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTNU ZELA4 5PAUG JQBRA

3.3 Créditos Não Sujeitos à Recuperação Judicial

Nos mov. 1.152 a 1.160, as Requerentes indicaram a composição do crédito não sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, composto pelo passivo fiscal e outras dívidas correntes.

Nos mov. 1.158 a 1.160, consta relação do passivo fiscal das Requerentes, sintetizado pelo quadro a seguir:

RELATÓRIO DETALHADO DO PASSIVO FISCAL ART. 51, INCISO X, DA LEI N. 11.101/2005				
	SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA	SUDOESTE TRANSPORTES EIRELI	VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA	Total Geral
ESTADUAL		R\$ 3.382.634,43	R\$ 163.095,80	R\$ 3.545.730,23
FEDERAL	R\$ 592.835,17	R\$ 157.442,66	R\$ 599.246,68	R\$ 1.349.524,51
MUNICIPAL	R\$ 49,67	R\$ 275,16	R\$ 3.353,60	R\$ 3.678,43
			TOTAL GERAL	R\$ 4.898.933,17

Analisando os valores constantes nos balanços patrimoniais apresentados pelas Requerentes, relativos ao ano de 2023 (mov. 1.128 a 1.30), é possível observar na contabilidade, os registros de débitos para com as Fazendas Públicas, vejamos:

RELAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS BALANÇO PATRIMONIAL MAIO 2023				
ENTE PÚBLICO	ESPÉCIE	SUDOESTE TRANSPORTES LTDA	VIACAO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO	SUD LOGTRANSPORTE DE CARGAS LTDA
ESTADUAL	CONT. AG. REGULADORA		R\$ 1.326,08	
	ICMS	R\$ 3.382.634,39	R\$ 161.769,72	
FEDERAL	COFINS		R\$ 66.681,52	
	IRRF	R\$ 755,92	R\$ 4.608,21	R\$ 7.889,41
	OUTROS PFGN	R\$ 7.354,03	R\$ 291.661,18	
	OUTROS RFB		R\$ 22.331,80	
	PIS/COFINS/CSLL	R\$ 464,61	R\$ 14.878,29	
	PREVID.	R\$ 130.892,41	R\$ 182.124,96	
	SIMPLES			R\$ 547.437,44
MUNICIPAL	ISS	R\$ 275,16	R\$ 3.354,27	R\$ 49,67
SUBTOTAL		R\$ 3.522.376,52	R\$ 748.736,03	R\$ 555.376,52

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUTNU ZELA4 5PAUG JOBRA

Assim, a Técnica vislumbra que o passivo fiscal federal declarado condiz com as informações registradas na contabilidade.

4. CONSTATAÇÃO DA REAL SITUAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DAS EMPRESAS

Em cumprimento à decisão proferida em seq. 16, no dia 19/06/2023, os representantes da Técnica, Dr. Cleverson Marcel Colombo (OAB/PR 27.401) e Júlio Gonçalves Neto (CRC PR 02534/0-1), promoveram vistoria *in loco* no estabelecimento comercial das sedes das Requerentes, localizados na Avenida Luiz Antônio Faedo, 2332 e Rua Alagoas, 2464, contíguas e pertencentes ao bairro São Cristóvão, no Município de Francisco Beltrão/PR, a fim de colher informações operacionais e constatar o funcionamento da unidade de atuação.

Em tal oportunidade, pelos representantes da Técnica foi constatado que no local funciona a área administrativa das empresas com nome fantasia "SUDOESTE TRANSPORTES", possuindo amplo pátio para estacionamento de ônibus, de caminhões e de veículos, com estrutura e funcionamento de oficina/manutenção, lavagem, abastecimento(combustível), além de estoque de pneus

No local, verificou ainda que haviam veículos e ônibus com a logo "Sudoeste Transportes" e também alguns ônibus da empresa "CATTANI".

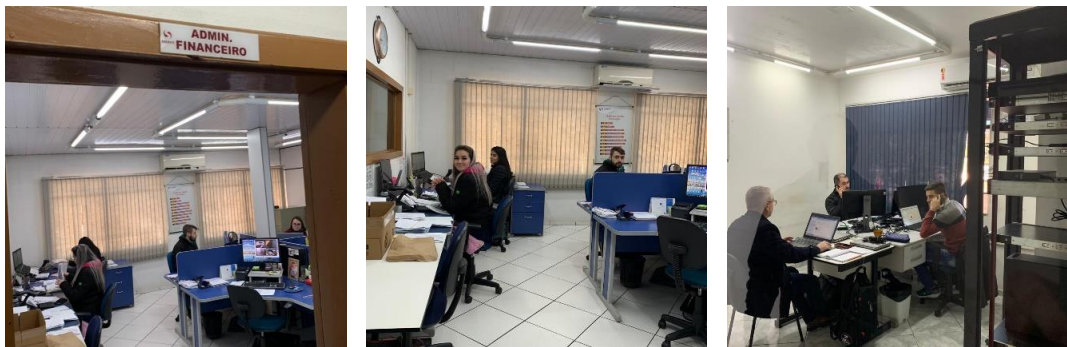
Abaixo, seguem fotografias do local:







Na área administrativa, já na recepção, constava os alvarás de funcionamento e licenças das Requerentes SUDOESTE TRANSPORTES LTDA. e VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA., conforme observa-se nas fotografias acima, estando estabelecidos no interior do imóvel, os demais departamentos administrativos, quais sejam tesouraria, administrativo, financeiro e contábil, jurídico, direção, TI e Recursos Humanos.





Sem prejuízo, conforme pode-se observar nas fotografias acima, foi possível verificar normal atividade no local, com funcionários desenvolvendo atividades laborais, além da presença da sócia proprietária da Requerente VIAÇÃO SUDOESTE, Sra. Sirlei Saggin, seus filhos Marcelo Saggin e Fernando Saggin, ambos sócios-proprietários da empresa SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA., responsáveis por prestar as informações solicitadas.

Nesse passo, a Sra. Sirlei Saggin informou que trabalha e ocupa a sala da tesouraria, relatando, na oportunidade que seu marido, Sr. Osvanir Saggin, vem pouco à empresa e não participa da gestão de fato, em razão da idade e problemas de saúde que tem enfrentado. Sinalizou, assim, que a gestão das 3 (três) sociedades é exercida pelos filhos, Fernando e Marcelo com auxílio do funcionário Sr. Rodrigo José Bitencourt, que já está na empresa há 17 (dezessete) anos e ocupa o cargo de gestor corporativo.

Pontua-se que pela Técnica foi observado que em que pese havia funcionários trabalhando em todos os setores vistoriados das empresas, não era possível distinguir separação física entre elas.



Face a isso, esclareceram os presentes que as 3 (três) empresas usam a mesma estrutura administrativa, onde os funcionários são comuns, sendo que a maioria, cerca de 140 (cento e quarenta) pessoas, está registrada como empregado da Requerente SUD LOG, em razão de organização tributária das empresas. Sobre os demais foi declarado que estão registrados na empresa VIAÇÃO SUDOESTE a qual opera com os ônibus.

Em soma, os prepostos assinalaram que é naquela sede, localizada na sede, localizada na Avenida Luiz Antônio Faedo, 2332, que ocorre o centro de decisões e estratégias das 3 (três) empresas Requerentes, apontando que houve a unificação do GRUPO sob a mesma marca, de modo que todas possuem a mesma identificação visual e comercial.

Contudo, uma vez que constato pela Técnica que aquele endereço também é utilizado pela empresa "CATTANI", os representantes das Requerentes foram questionados sobre a propriedade do imóvel, tendo explicado que o bem é de propriedade da empresa "CATTANI", da qual formalizaram cisão no ano de 1997, originando a Requerente VIAÇÃO SUDOESTE.

A fim de justificar o uso, atestaram que possuem comodato do imóvel, sendo a estrutura de pátio utilizada de forma compartilhada. Para mais a "CATTANI" também ocupa uma pequena sala no térreo do imóvel, findando por aí a relação entre as empresas, uma vez que não há nenhuma relação societária ou operacional entre os entes.

Dando seguimento à colheita de informações, quanto à estrutura das empresas, foi explicado que a VIAÇÃO SUDOESTE possui atualmente 15 (quinze) ônibus, os quais atuam no transporte de passageiros, através de concessão auferida pelo DER/PR de 1 (uma) linha interestadual, entre os municípios de Nova Prata e Joinville, além de linhas intermunicipais entre as cidades de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Cascavel. Ademais, os presentes mencionaram que a referida Requerente também presta serviços de fretamento para empresas privadas.



Já as Requerentes SUD LOG e SUDOESTE TRANSPORTES concentram o transporte de cargas, possuindo cerca de 40 (quarenta) veículos entre caminhões, cavalos mecânicos e veículos de passeio.

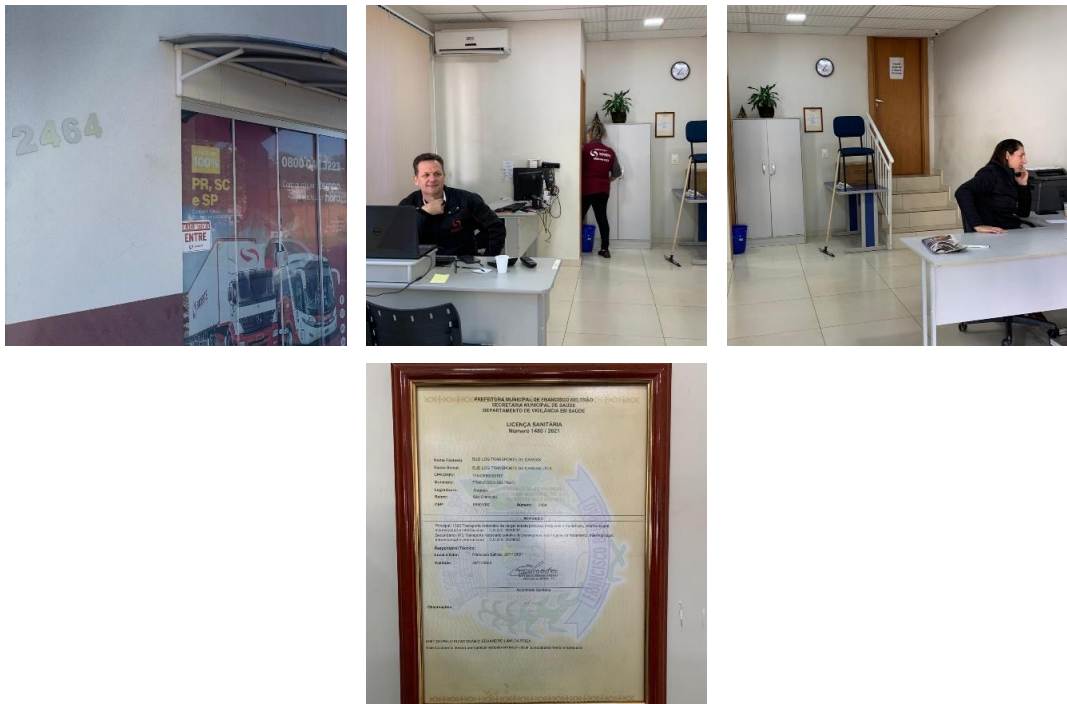
A partir disso, os sócios-proprietários declararam que o atual número de funcionários é de cerca de 211 (duzentos e onze) pessoas.

Nesse passo, acerca das despesas com a operação, foi manifesto pelos prepostos que o fluxo de caixa está bastante apertado e comprometido, em razão de travas bancárias que sofreram e que possuem relação com garantia realizadas em contratos de financiamento. Apesar disso, foi atestado que as verbas salariais estão em dia, a exceção daquelas arroladas na relação de credores, bem como que há provisão para pagamentos futuros.

No que diz respeito ao fornecimento de combustível, especialmente óleo diesel, a informação transmitida é de que passaram a adquirir à vista.

Registra-se, outrossim, que na Rua Alagoas, 2464, logradouro localizado lateralmente ao endereço sede, há unidade operacional da Requerente SUD LOG, onde opera com carga fracionada, e que estava em normal funcionamento no ato de diligência. No escritório, estava fixado alvará de licença sanitária. Questionados seus representantes sobre o número de funcionários na área administrativa, informaram ser cerca de 25 (vinte e cinco) pessoas.





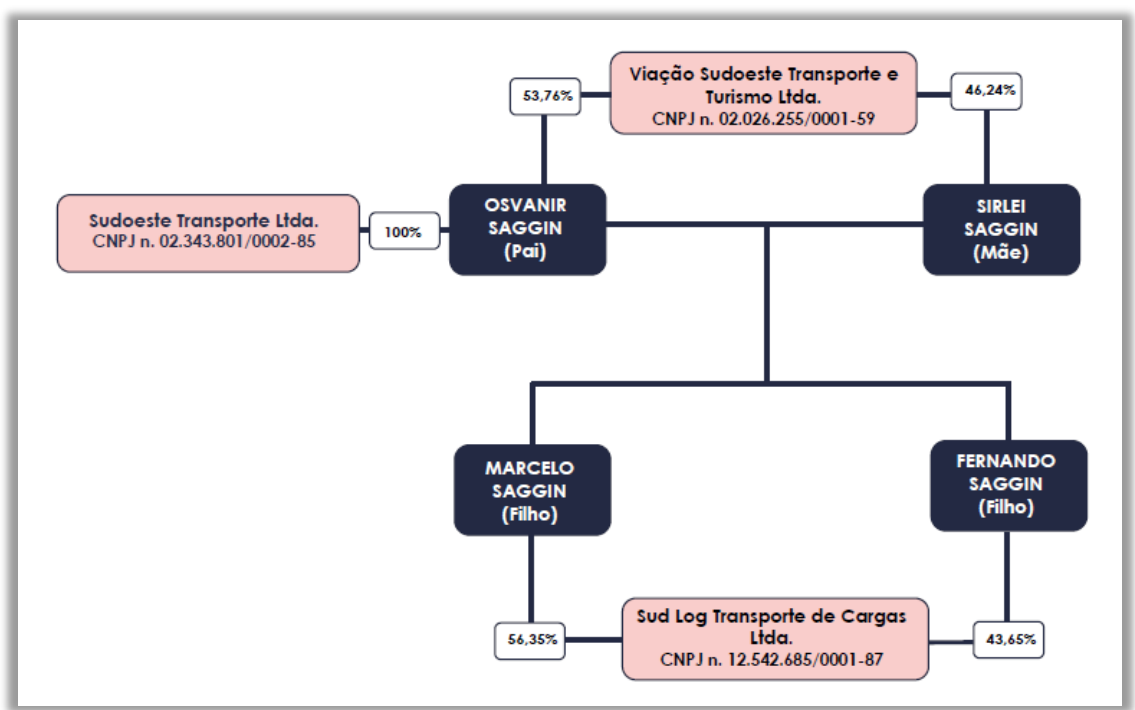
Para mais, os presentes também foram indagados acerca das demais filiais que as Requerentes possuem no segmento de cargas, especialmente relacionadas às empresas SUD LOG e SUDOESTE TRANSPORTES, nas cidades de Guarulhos, São José dos Pinhais, Guarapuava, Londrina, Maringá, Cascavel e Joinville. Sobre tal questão, foi declarado que todas as unidades estão em operação, e que o estabelecimento de cada qual se trata de imóvel locado, cujos pagamentos dos alugueres estão em dia. Quanto aos ônibus, estes utilizam somente as estruturas das rodoviárias e respectivas agências.

5. ESTRUTURA DO GRUPO ECONÔMICO E CONFIGURAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL

5.1 Estrutura Societária do Grupo Econômico Sudoeste

Conforme narrado em exordial pelas Requerentes, as três empresas (VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTE LTDA., SUDOESTE TRANSPORTE LTDA. e SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA. – ME), formam um Grupo Econômico de fato, a

partir da composição familiar dos quadros societários e mesmo ramo de atuação no mercado de transporte rodoviário de passageiros e de carga. Para melhor demonstrar a estrutura familiar em conjunto com a organização societária do Grupo Sudoeste, apresenta-se o organograma a seguir.



Neste contexto, reitera-se que o GRUPO SUDOESTE, como se denomina a conjunção das sociedades acima descritas, atuam nos estados do Paraná, São Paulo e de Santa Catarina, tendo como sede administrativa e gerencial da organização societária o município de Francisco Beltrão/PR, qual seja, o município sede do Grupo Sudoeste.

5.2 Do Pedido de Recuperação Judicial em Consolidação Processual e Substancial

As Requerentes ajuizaram esta demanda de recuperação judicial mediante litisconsórcio ativo, uma vez que são empresas que, além do vínculo societário

decorrente do mesmo grupo familiar, possuem um liame negocial intrínseco, uma vez que as três empresas componentes do Grupo Sudoeste atuam no âmbito do transporte rodoviário coletivo de passageiros com itinerários fixo, municipal e intermunicipal, interestadual e internacional, além do transporte rodoviário de carga, fretamento e locação de automóveis com motorista.

Neste sentido, atrelado ao pedido de formalização da consolidação processual, pautado no art. 69-G, da Lei 11.101/2005, requerem a aplicação da consolidação substancial ao caso, pois aduzem se tratar de empresas com quadro societário parcialmente equivalentes, decorrentes de um grupo familiar, atrelada a interconexão de ativos e passivos, apontando para uma indissociabilidade das empresas do Grupo. Alegam, ainda, que o grupo em si possui a mesma estrutura física, administrativa e operacional, compartilhando, também, clientes e fornecedores, além dos veículos para atuação no ramo de transporte de cargas e passageiros e, por fim, sustentam a realização de negócios jurídicos conjuntos com garantias cruzadas, em prol da configuração de pelo menos dois dos requisitos do art. 69-J, da Lei 11.101/2005, hábil a ensejar o deferimento da consolidação material.

Em razão da r. decisão de seq. 16, que determinou a realização da constatação prévia por esta Técnica, ressaltou ao item 2.6. que a análise do pedido de deferimento do processamento da recuperação judicial em consolidação substancial seria realizada após o auto de constatação apresentado. Por isso, a Técnica nesta oportunidade apresenta as considerações necessárias à configuração de ambos os institutos ao caso concreto. É o que passa a expor, neste momento.

Primeiramente, como as próprias Requerentes se denominam como um grupo econômico, insta a Administradora Judicial tecer algumas considerações sobre conceitos e delimitações atrelados a esta estrutura societária ostensivamente utilizada no âmbito do direito empresarial, e que divide-se o gênero (grupo econômico) em duas espécies: grupos de direito e grupos de fato.



No que tange aos grupos de direito, estes são regulamentados pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/1979, art. 265 e seguintes), tendo como pressuposto a sua constituição formal mediante convenção legal, documento que deve dispor sobre a estrutura administrativa e societária do grupo, além de elencar a combinação de recursos e obrigações para a realização dos objetivos em comum da estrutura empresarial.¹

De outro norte, encontram-se os grupos de fato, os quais não possuem disposição legislativa específica como o grupos de direito, contudo o mesmo diploma legislativo retrocitado dispõe sobre as sociedades controladoras, controladas e coligadas², utilizando-se a doutrina para definir essa espécie de grupo societário como pessoas jurídicas interligadas por relações de controle ou coligação, com participações recíprocas, similaridade de quadros societários, ou então, vínculos familiares entre as composições dos quadros sociais, porém sendo constituídos sem o pressuposto da convenção legal.³

Sendo assim, considerando que o grupo de fato pode ser caracterizado pela união de sociedades empresariais mediante uma relação de controle ou coligação, sendo desnecessária a formalização deste agrupamento e, em atenção a narrativa exordial e dos documentos trazidos pelas Recuperandas, é nítida a operação das atividades empresariais mediante um grupo de fato entre as Requerentes, qual seja, o Grupo Sudoeste, como é denominado pelas devedoras. Explica-se.

Conforme o contexto histórico apresentado pelas Requerentes, além da observação dos documentos carreados em exordial, a empresa, Viação Sudoeste Ltda., sociedade embrionária do Grupo, fundada em 1997, mov. 1.61, atualmente é composta pelos sócios Sr. Osvanir Saggin e Sra. Sirlei Saggin, mov. 1.76, os quais são casados e tem como filhos, Sr. Marcelo Saggin e Sr. Fernando

¹ Art. 265. A sociedade controladora e suas controladas podem constituir, nos termos deste Capítulo, grupo de sociedades, mediante convenção pela qual se obriguem a combinar recursos ou esforços para a realização dos respectivos objetos, ou a participar de atividades ou empreendimentos comuns.

² Art. 243 e seguintes, da Lei 6.604/1979.

³ SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de empresas e falência. 2 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021, pg. 379.



Saggin, quem em 1998 fundaram a empresa MAFESA TRANSPORTES LTDA, mov. 1.25, atualmente denominada como SUDOESTE TRANSPORTE LTDA., contendo como único sócio administrador, Sr. Osvanir Saggin, conforme Certidão Simplificada da JUCEPAR, mov. 1.440. Por fim, os descendentes no ano de 2010, mov. 1.7, também fundaram a empresa denominada SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA., mov. 1.24, permanecendo como sócios administradores da respectiva sociedade até o atual momento, conforme mov. 1.24.

Segundo este recorte, bem como a estrutura societária apresentada em tópico 5.1. retro, demonstra-se que não há uma relação de controle entre as sociedades, ou então, de que uma das sociedades ocupe a posição de controladora das demais, mas sim uma coligação entre as Requerentes, através de uma interligação familiar entre os quadros societários, atuando sob o mesmo nome – Grupo Sudoeste – em um ramo uno, qual seja, transporte de passageiros e de cargas nos estados de Paraná, São Paulo e Santa Catarina.

Ou seja, não há uma constituição formal da união empresarial, mas sim a situação fática demonstra que uma sociedade se interliga a outra de modo orgânico, através dos vínculos familiares existentes, como também pelo âmbito de atuação das empresas, ensejando o compartilhamento de obrigações e, conseqüentemente, clientes e fornecedores, além do engendramento de esforços em prol da atividade empresarial.

Atrelado a estes fatores de interligação, corroboram para serem vistas como grupo de fato, as informações obtidas pela Técnica quando da vistoria *in loco* na Av. Luiz Antonio Faedo, n. 2332, São Cristovão – Francisco Beltrão/PR, sede comum das Requentes, ora do Grupo Sudoeste, local onde realizam suas atividades operacionais, administrativas e financeiras, segundo informado pelos representantes das Requerentes no ato da visita, Srs. Marcelo Saggin(sócio proprietário), Fernando Saggin (sócio proprietário, conforme as informações acostadas ao item 4 deste Laudo de Constatação Prévia.



Além disso, também ao momento da vistoria à sede do Grupo Requerente, foi confirmada o cenário narrado em exordial, verificando o Técnico os alvarás de funcionamento de duas das empresas Requerentes – Sudoeste Transportes e Viação Sudoeste Transporte e Turismo Ltda. – na recepção do estabelecimento comercial, ademais foi informado que no local funcionavam os setores de tesouraria, financeiro e contábil, jurídico e recursos humanos do conglomerado econômico, sendo a gestão realizada pelos filhos, Sr. Fernando e Marcelo Saggin, acompanhada da sócia proprietária, Sra. Sirlei Saggin, que trabalha na tesouraria da sede.

Os funcionários que laboravam nos setores vistoriados não podiam ser diferenciados entre as empresas, logo, constatando o Técnico que as três empresas usam a mesma estrutura administrativa e os funcionários são comuns às Requerentes. Além disso, os veículos que se encontravam estacionados no local, tanto ônibus, quanto caminhões para o transporte de passageiros e cargas, respectivamente, possuem a logo “Sudoeste Transportes”, não sendo possível também a distinção dos bens entre as empresas do grupo.

Sem óbices, cumpre frisar que, em regra, nos grupos de fato, a manutenção da autonomia patrimonial no interior do grupo societário implica que os débitos contraídos pela sociedade em face de terceiros não poderão ser exigidos em relação às demais empresas do grupo, cuja solidariedade não se pressupõe⁴, de modo que em relação ao processo de recuperação judicial, se trata de litisconsórcio facultativo, ajuizando o pedido àquelas sociedades que, separadamente, comprovem os requisitos dispostos no art. 51, da LRE.⁵

Sobre tal espécie de litisconsórcio ativo, a doutrina a definiu como o instituto da Consolidação Processual, como sendo a condução conjunta da recuperação judicial de devedoras que compõem um grupo societário, alinhando as fases administrativas e processuais do procedimento recuperacional, porém, não

⁴ SACRAMONE, Marcelo Barbosa. *Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência*. 2. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. p. 379.

⁵ “Art. 69. (...) § 1º Cada devedor apresentará individualmente a documentação exigida no art. 51 desta Lei.”



interferindo nos direitos subjetivos das partes do processo⁶, o que atualmente é disciplinada pelo art. 69-G, da LRE.

Enquanto a consolidação processual é medida de união formal das empresas apenas para a condução do processo de recuperação judicial único, a Consolidação Substancial, disciplinada pelo art. 69-J, da LRE, trata-se da união material das empresas devedoras, consolidando os ativos e passivos das sociedades em crise econômico-financeira, para fins de soerguimento e reestruturação do grupo econômico, nas palavras do Prof. Marcelo Barbosa Sacramone⁷:

"Situação diversa da consolidação processual ocorre no litisconsórcio necessário, chamado de consolidação substancial, quando, no interior do grupo, as diversas personalidades jurídicas não são preservadas como centros de interesses autônomos. A disciplina do grupo societário não é respeitada por quaisquer dos seus integrantes, os quais atuam conjuntamente com confusão patrimonial, unidade de gestão e de empregados e com o prevalecimento de um interesse comum do grupo em detrimento dos interesses sociais das pessoas jurídicas que lhe integram."

Ou seja, na consolidação processual, os patrimônios das empresas litisconsortes permanecem autônomos, os quadros de credores são distintos, os planos de recuperação judicial são diversos, ou então, se apresenta um plano único, porém, com medidas de soerguimento individuais a cada empresa, realizando-se atos assembleares individuais atinentes a cada empresa, restando nítido, portanto, o caráter de reunião formal para fins de coordenação dos atos administrativos e processuais.

De outro norte, a consolidação substancial implica em desconsideração da autonomia patrimonial das empresas litisconsortes, unificando-se a lista de credores, o plano de recuperação judicial e a consequente deliberação

⁶ CEREZETTI, Sheila C. Neder. "Grupos de sociedades e recuperação judicial: o indispensável encontro entre direito societário, processual e concursal". In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti (Coords). Processo Societário II. São Paulo: Quartier Latin, 2015. P. 735-789.

⁷ SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 2. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.



conjunta dos credores do grupo de empresas, com quórum também unificado. Ou seja, a consolidação substancial interfere nos direitos subjetivos das sociedades requerentes, pois os ativos e passivos dos devedores serão tratados como se pertencessem a um único devedor, visto que a autonomia patrimonial é afastada.⁸

No presente caso, as Requerentes, além de ajuizarem o pedido de recuperação judicial em consolidação processual, ou seja, em litisconsórcio ativo facultativo, pleitearam em sua exordial que o processamento ocorresse em regime de consolidação substancial, uma vez que afirmam que a indissociabilidade do grupo é tamanha a ponto de a falência de uma delas ensejar a quebra das demais, o que, em termo processuais, aponta a figura do litisconsórcio ativo unitário.

Conforme é cediço pela redação do art. 69-J e seguintes na Lei 11.101/2005, autoriza-se a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico, ora Requerentes, de forma excepcional, quando constatada a presença de interconexão e a confusão patrimonial entre as sociedades do grupo, de modo que não seja possível identificar a titularidade de débitos e créditos sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos.

Além da existência deste quesito preliminar, considera-se também a ocorrência cumulativa de, no mínimo, 02 (duas) das seguintes hipóteses: I - existência de garantias cruzadas; II - relação de controle ou de dependência; III - identidade total ou parcial do quadro societário; e IV - atuação conjunta no mercado entre os postulantes, para fins de viabilizar a recuperação judicial da organização societária através de um plano unitário.

Assim, diante de tais considerações sobre os institutos das consolidações, entende-se que, previamente a análise dos requisitos elencados nos incisos do

⁸ COSTA, Daniel Carnio. *Comentários à Lei de Recuperação de empresas e Falência*: Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. Curitiba: Juruá, 2021, pg. 198.



art. 69-J, é necessária a configuração da interconexão patrimonial entre ativos e passivos das Recuperandas, o que é afirmado de modo recorrente na exordial e está evidente tanto nas documentações financeiras/contábeis, quanto na própria relação de credores em que se discrimina os credores de cada Requerente e suas respectivas classes.

Em análise aos Balanços Patrimoniais do último exercício (ano de 2022) de cada empresa, constata-se a injeção de valores e operações financeiras entre as componentes do grupo, senão vejamos os recortes abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM DEZEMBRO DE 2022	
Empresa: 001 SUDOESTE TRANSPORTES LTDA	Emissao: 31/05/2023
CNPJ: 02.343.801/0001-85	Folha: 0002
Ignorar lançamentos com subconta: Sim	
AV LUIZ ANTONIO FAEDO,2332 - Francisco Beltrão - SAO CRISTOVAO - PR - 85601275	Nire: 41203849381
Conta	Saldo atual
JUROS A APROPRIAR FINAMES	470.995,17 D
ATIVO NAO CIRCULANTE	7.875.049,17 D
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	5.513.163,76 D
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	5.513.163,76 D
CREDITOS	5.458.025,68 D
VIACAO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO	2.513.589,64 D
SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA	2.862.730,63 D

(mov. 1.89 – Balanço Patrimonial Sudoeste Transportes Ltda. – jan/dez.2022)

ATIVO NAO CIRCULANTE	1.822.836,74 D
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	704.656,37 D
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	704.656,37 D
CREDITOS	703.806,37 D
DEPOSITO JUDICIAL	10.986,80 D
VIACAO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO	692.819,57 D
INVESTIMENTOS	850,00 D
ACOES RODOCREDITO	850,00 D

CREDORES POR FINANCIAMENTO	3.395.947,67 C
FINANCIAMENTOS E EMPRESTIMOS	3.395.947,67 C
FINANCIAMENTOS E EMPRESTIMOS	3.395.947,67 C
SUDOESTE TRANSPORTES EIRELI	2.862.729,73 C
CONSORCIO ITAU GRUPO 1989 - CT 135	43,61 D
EMPRESTIMO RODOCREDITO CONTRATO 015.061- FOLHA SUD LOG	47.151,96 C
GIRO PRONAMPE BCO DO BRASIL-SUD LOG	62.499,99 C
GIRO PRONAMPE BCO ITAU-SUD LOG	47.731,53 C
EMPRESTIMO ITAU - FINANCIAMENTO FOLHA SUD LOG	46.279,60 C
EMPRESTIMO RODOCREDITO CONT.17.705 - FOLHA SUD LOG	23.325,50 C

(mov. 1.88 – Balanço Patrimonial Sud Log Transporte de Cargas Ltda – jan/dez.2022)

CREDORES POR FINANCIAMENTO	4.098.003,21 C
FINANCIAMENTOS E EMPRESTIMOS	4.098.003,21 C
FINANCIAMENTOS E EMPRESTIMOS	4.098.003,21 C
SUDOESTE TRANSPORTES EIRELI	2.513.589,95 C
FINAME ITAU - CONTRATO 201413762	2.213,71 C
SUD LOG TRANSPORTES DE CARGAS LTDA	692.819,57 C
EMPRESTIMO RODOCREDITO CONTRATO 015.056 - FOLHA VIACAO	5.093,64 C

(mov. 1.90 – Balanço Patrimonial Viação Sudoeste Transporte e Turismo Ltda – jan/dez.2022)

Ademais, em análise a relação de credores de mov. 1.150, verifica-se que no rol de dívidas da Requerente, Sud Log Transportes, a maior credora qualitativamente versa na empresa Sudoeste Transportes Eireli, também Requerente, no importe de R\$ 5.748.719,68 (cinco milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e dezenove reais e sessenta e oito centavos). Situação semelhante verifica-se na relação de credores da Requerente, Viação Sudoeste, que também possui como maior credora a empresa Sudoeste Transportes com o valor de R\$ 2.513.589,95 (dois milhões, quinhentos e treze mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

Atrelado ainda ao cenário documental em que há a clara interligação de passivo entre as Requerentes, mediante operações *intercompany*, conforme narrado acima neste mesmo tópico, os bens móveis utilizados na atividade empresarial precípua do grupo – transporte de cargas e passageiros – todos possuem a mesma logo de identificação – Sudoeste Transportes – não podendo ser diferenciados a titularidade de tais bens entre as Requerentes, pressupondo uma interligação patrimonial de ativos entre as empresas.

Assim, superado esta exigência primeira, entende-se que a medida da consolidação substancial, neste caso, é acoplada a consolidação processual, isto, pois, conforme extraímos da situação fática vergastada tanto no tópico destinado à estrutura societária, quanto no contexto narrado em exordial e reproduzido aqui, encontram-se de modo expressivo, pelo menos, 02 (dois) dos requisitos elencados no dispositivo legislativo. Explica-se.

O primeiro deles é configurado pela composição dos quadros societários entre pessoas do mesmo núcleo familiar e que possuem identidades parciais,

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTNU ZELA4 5PAUG JOBRA




conforme organograma elaborado e exposto em tópico 5.1. retro, e, ainda, a narrativa fática realizada no tópico em questão, adentrando-se na hipótese elencada no inc. III, do art. 69-J, da LRE.

Seguido da identidade parcial entre os quadros societários das Requerentes, também é nítida a atuação conjunta no mercado entre as postulantes, atendendo ao inc. IV, do art. 69-J, da LRE, uma vez que os objetos sociais das sociedades são equivalentes, ora discriminados nas Certidões Simplificadas da Jucepar das empresas, SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA., mov. 1.439, SUDOESTE TRANSPORTE LTDA., mov. 1.440, e, VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA., mov. 1.441, que se resumem em transporte rodoviário de carga e coletivo de passageiros, sob o regime de fretamento, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional, além de locação de automóveis com motorista.

Além destes dois requisitos, os quais foram apontados pelas Requerentes em exordial e confirmados pela Técnica neste laudo, tem-se a existência de garantias cruzadas pactuados entre as Requerentes no momento das contratações perante as instituições financeiras, de acordo se extrai das Cédulas de Crédito Bancárias carreadas junto à exordial. Segundo os recortes abaixo, verifica-se que os sócios de uma das Requerentes se comprometem como avalistas/devedores solidários para contratos doutra, caracterizando os papéis de garantidora e tomadora, respectivamente.



CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - EMPRÉSTIMO AO COOPERADO No. 00.088.788 PÓS - FIXADO

1. CREDORA/COOPERATIVA COOP CRED DA REGIAO DO SUDOESTE DO PARANA - EVOLUA - EVOLUA, sociedade Credora/Cooperativa de crédito, inscrita no CNPJ sob n° 10.311.218/0001-10, estabelecida na RUA CURITIBA n° 1819, bairro CENTRO, CEP: 85.601.630, cidade de FRANCISCO BELTRAO-PR	
2. EMITENTE/COOPERADO(A) SUDOESTE TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 02.343.801/0001-85 com sede na AVENIDA LUIZ ANTONIO FAEDO, n° 2332, bairro CENTRO, da cidade de FRANCISCO BELTRAO/PR, CEP 85.601.275, conta corrente n° 341.7.	
3. TERCEIRO(S) GARANTIDOR(ES) 3.1. OSVANIR SAGGIN, nacionalidade brasileira, administrador, casado(a), inscrito no CPF/CNPJ n° 057.409.089-49, residente e domiciliado(a) na RUA PATO BRANCO, n° 160, bairro SAO CRISTOVAO, da cidade de FRANCISCO BELTRAO/PR, CEP 85.601.350, titular da conta corrente n° 3.850.4, na condição de DEVEDOR SOLIDÁRIO. 3.2. MARCELO SAGGIN, nacionalidade brasileira, administrador, casado(a), inscrito no CPF/CNPJ n° 831.013.309-04, residente e domiciliado(a) na RUA ARGENTINA, n° 1244, bairro LUTHER KING, da cidade de FRANCISCO BELTRAO/PR, CEP 85.605.380, titular da conta corrente n° 19.1, na condição de DEVEDOR SOLIDÁRIO.	

(mov. 1.494)

Página: 18

Continuacao do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO - BB GIRO EMPRESA nr. 856.304.319, firmado entre SUDOESTE TRANSPORTES EIRELI EPP e o Banco do Brasil S.A., no valor de R\$600.000,00, com vencimento final em 21/06/2022.

FIADOR(ES)

OSVANIR SAGGIN, Brasileiro(a), filho(a) de VIRGINIA ZARDO SAGGIN, AUGUSTO SAGGIN, casado(a) sob o regime de comunhão universal de bens, empresario, residente em R PATO BRANCO 160, SAO CRISTOVAO, FRANCISCO BELTRAO - PR, Cep: 85.601-350, portador(a) do(a) CARTEIRA DE IDENTIDADE nr. 8813868/SESP PR e inscrito(a) no CPF sob o nr. 057.409.089-49., E-mail: Não possui endereço de e-mail

SIRLEI SAGGIN, Brasileiro(a), filho(a) de ELIDIA CATANI DARTORA, BALDUINO ANTONIO DARTORA, casado(a) sob o regime de comunhão universal de bens, pensionista, residente em R PATO BRANCO 160, SAO CRISTOVAO, FRANCISCO BELTRAO - PR, Cep: 85.601-350, portador(a) do(a) CARTEIRA DE IDENTIDADE nr. 12/R 562986/SSI SC e inscrito(a) no CPF sob o nr. 396.096.939-20., E-mail: Não possui endereço de e-mail

MARCELO SAGGIN, Brasileiro(a), filho(a) de SIRLEI SAGGIN, OSVANIR SAGGIN, casado(a) sob o regime de comunhão parcial de bens, empresario, residente em ARGENTINA 1244 AP.202, LUTHER KING, FRANCISCO BELTRAO - PR, Cep: 85.605-380, portador(a) do(a) CARTEIRA DE IDENTIDADE nr. 3.010.869-8/SESP PR e inscrito(a) no CPF sob o nr. 831.013.309-04., E-mail: Não possui endereço de e-mail

(mov. 1.502)

Assim, entende a Técnica que três dos incisos do art. 69-J, da LRE, estão devidamente preenchidos, quais sejam, a existência de garantias cruzadas,

identidade parcial de quadros societários e atuação conjunta no mesmo âmbito de mercado entre as Requerentes, além do pressuposto primeiro – interconexão de passivos – sendo, portanto, verossímil e lógico o deferimento do presente pedido de recuperação judicial tanto sob o regime da consolidação processual, quanto da substancial, pelo d. Juízo recuperacional, a fim de que a crise econômico financeira seja soerguida através de um plano unitário.

Por fim, a Técnica cita nesta oportunidade julgados deste e. Tribunal de Justiça/PR e de demais tribunais pátrios, em que permite-se o processamento da recuperação judicial em consolidação substancial, quando da presença dos requisitos aqui vigentes. Observe:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. **RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL. IRRESIGNAÇÃO. CREDOR DE UMA DAS RECUPERANDAS QUE SE INSURGE EM FACE DA POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE UM ÚNICO PLANO. ALEGADO RECEIO DE QUE O PATRIMÔNIO DE UMA EMPRESA RESPONDA PELA DÍVIDA DE TODO O GRUPO. ALEGADO ARRANJO E AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. NÃO ACOLHIMENTO. ART. 69-J DA LEI 11,101/05. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU MANTIDA. INTERCONEXÃO E INTERDEPENDÊNCIA DAS EMPRESAS. GRUPO ECONÔMICO. ATUAÇÃO EM CONJUNTO NO MERCADO. ATIVIDADES DIVERSAS, MAS COMPLEMENTARES. PRESTAÇÃO EXCLUSIVA DE SERVIÇOS DE UMA RECUPERANDA PARA AS DEMAIS. FORMATAÇÃO DA OPERAÇÃO. COMPARTILHAMENTO DE ESTRUTURA FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA E CONTROLADORIA. SIMBIOSE. IDENTIDADE DO QUADRO SOCIETÁRIO. BOA-FÉ QUE SE PRESUME. ALEGADA MÁ-FÉ NÃO DEMONSTRADA. UNIFICAÇÃO DOS ESFORÇOS PARA O SOERGUIMENTO DO GRUPO. IMPOSSIBILIDADE DE FORMA ISOLADA. MELHOR MANEIRA DE SUPERAÇÃO DA CRISE. ALEGADO ENFRAQUECIMENTO DAS GARANTIAS. NÃO ACOLHIMENTO. ART. 69 K, §2º DA LEI Nº. 11.101/2005. - No caso, o compartilhamento de estruturas financeira, comercial e contabilidade, conforme apontado pelo Ministério Público, demonstra inequivocamente a interconexão entre as empresas, também a relação de interdependência, além de sugerir uma atuação conjunta no mercado, que é confirmada pelos demais elementos de prova que, nas palavras do procurador, revelam uma simbiose do objeto social das devedoras, reforçada pela prestação de serviços exclusivos de uma delas às demais recuperandas, além da formatação da operação evidenciada.- Tais elementos, somados à identidade no quadro societário e a confusão de ativos, justificam a manutenção da decisão que deferiu “o processamento da presente recuperação judicial em consolidação substancial, com a unificação dos ativos e passivos das Recuperandas”, por ser a medida que “melhor atende aos princípios norteadores da Lei de Recuperação Judicial”, conforme consignou o Ministério Público(...)** A consolidação substancial se justifica no caso, por apresentar a melhor maneira de viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira pelo grupo como um todo. Agravo de Instrumento não provido. (TJPR - 18ª Câmara Cível - 0041947-81.2021.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: DESEMBARGADOR PERICLES BELLUSCI DE BATISTA PEREIRA - J. 17.11.2021)



Agravo de instrumento Recuperação judicial Decisão que determinou o processamento da recuperação judicial das empresas que compõem o grupo TNG, em consolidação substancial Insurgimento Descabimento - **Presença dos pressupostos legais para a consolidação substancial Demonstração da existência de grupo econômico de fato, de garantias cruzadas, de relação de controle ou de dependência e de identidade total ou parcial do quadro societário, como previsto no art. 69-J, I, II e III, da LRJF Precedentes. RECURSO IMPROVIDO. Constatação prévia – A constatação prévia a que se refere o art. 51-A da Lei 11.101/2005 poderá prestar-se também à verificação da existência ou não dos pressupostos da consolidação substancial, previstos no art. 69-J da LRJF, em havendo determinação judicial nesse sentido – Inexistência de nulidade da decisão ou do laudo de constatação prévia – RECURSO IMPROVIDO. Administrador judicial - Nomeação que recaiu sobre o mesmo profissional que realizou a constatação prévia - Pretensão de afastamento do administrador judicial, sob a alegação de conflito de interesses Pedido que não encontra base legal - Inexistência de impedimento ou conflito de interesses - RECURSO IMPROVIDO. (TJSP. AI 2173038-87.2021.8.26.0000. Rel. Des. Jorge Tosta. 2ª Cam. Res. Dto. Empresarial. j. 22.02.2022. dje. 23.02.2022)**

Recuperação judicial. Decisão que concedeu tutela provisória para decretar indisponibilidade de bens de diversas sociedades em relação às quais haveria probabilidade de preenchimento dos requisitos para consolidação substancial com recuperandas, atingindo imóvel que é objeto de hipoteca constituída em favor de terceira estranha à recuperação judicial. Agravo de instrumento da terceira. **Presente probabilidade de ser o caso de consolidação substancial, além de haver risco ao resultado útil da recuperação judicial. Indícios de preenchimento dos requisitos do art. 69-J da Lei 11.101/2005, introduzido pela Lei 14.112/2020. Recuperandas e sociedades que integram mesmo grupo econômico, com administração conjunta pela mesma pessoa física e atuação em mercados similares. Existência, ademais, de garantias cruzadas entre devedoras e as sociedades.** (...) Agravo de instrumento a que se nega provimento. (TJSP. AI 2198133-22.2021.8.26.0000. Rel. Des. Cesar Ciampollini. 1ª Cam. Res. Dto. Privado. J. 29/04/2022. Dje. 29/04/2022)

Portanto, diante da similaridade entre o presente caso e demais julgados decorrentes dos tribunais pátrios, bem como a presença dos requisitos elencados nos incisos I, III e IV, do art. 69, da LRE, conforme bem detalhado acima, tem se como adequado o deferimento da recuperação judicial sob o regime de consolidação substancial, devendo, assim, observar o cumprimento do requisito elencado no art. 69-G, § 1º, da LRE, quanto aos requisitos dos arts. 48 e 51, ambos do diploma falimentar.



6. ANÁLISE CONTÁBIL E FINANCEIRA

As informações apresentadas a seguir refletem as análises efetuadas pela Técnica com base nos documentos fornecidos pela empresa.

Os dados constantes do Balanço Patrimonial, por sua vez, foram retirados da documentação que instruiu a Petição Inicial:

- a) Balanço Patrimonial de 2020 – Fonte: mov. 1.91;
- b) Balanço Patrimonial de 2021 – Fonte: mov. 1.91;
- c) Balanço Patrimonial de 2022 – Fonte: mov. 1.91;
- d) Balanço Patrimonial Maio/2023 – Fonte: mov. 1.127.

6.1 Balanço Patrimonial

6.1.1 Ativo

O Ativo faz parte das Contas Patrimoniais e compreende o conjunto de Bens e Direitos da empresa, possuindo valores econômicos. Estes valores são demonstrados através do Balanço Patrimonial, juntamente com os Passivos e o Capital Próprio, que somados resultam no total de Ativos da empresa. É possível considerar, ainda, que os ativos são convertíveis em meios monetários, com a venda de um maquinário da sociedade, por exemplo.

A representação dos Ativos, no Balanço, é dividida entre aqueles que são convertíveis mais rapidamente e aqueles que levam mais tempo, que são os ativos circulantes e não circulantes, respectivamente. Para melhor entendimento da atual situação apresentada pela Requerente, apresentamos a seguir os dados da composição de seus Ativos, com as respectivas análises.

No período de 2020 a maio/2023, as Empresas apresentaram uma redução de R\$ 8,1 milhões, equivalente a um percentual de 49,4%.



No corrente mês de análise, o saldo de R\$ 24 milhões do ativo encontra-se distribuído da seguinte forma: i) R\$ 2,5 milhões alocado na empresa Sud Log Transporte de Cargas, ii) R\$ 16 milhões na empresa Sudoeste Transportes, e, iii) R\$ 5,9 milhões na Viação Sudoeste Transportes e Turismo:

ATIVO	2020	2021	2022	AV	mai/23	AV	AH mai23/2020	AH mai23/2022	Varição mai23/2020	Varição mai23/2022
Ativo Circulante	3.327.503	2.965.817	4.584.271	23,9%	9.069.254	36,9%	172,6%	97,8%	5.741.750	4.484.983
Caixa e Equivalentes a Caixa	1.292.535	632.190	472.804	2,5%	1.049.390	4,3%	-18,8%	122,0%	-243.145	576.586
Créditos	1.288.889	979.855	1.873.813	9,8%	5.936.393	24,1%	360,6%	216,8%	4.647.504	4.062.580
Adiantamentos	105.289	10.638	13.288	0,1%	18.759	0,1%	-82,2%	41,2%	-86.530	5.471
Tributos a Recuperar/Compensar	172.611	249.356	221.846	1,2%	411.775	1,7%	138,6%	85,6%	239.164	189.929
Estoques	414.811	677.918	866.135	4,5%	686.839	2,8%	65,6%	-20,7%	272.028	-179.295
Despesas do Exercício Seguinte	53.369	415.859	1.136.386	5,9%	966.098	3,9%	1710,2%	-15,0%	912.728	-170.288
Ativo Não Circulante	13.148.581	15.196.435	14.627.846	76,1%	15.540.097	63,1%	18,2%	6,2%	2.391.516	912.252
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.158.039	8.286.400	7.154.997	37,2%	7.111.394	28,9%	-0,7%	-0,6%	-46.645	-43.602
Créditos a LP	7.158.039	8.286.400	7.154.997	37,2%	7.111.394	28,9%	-0,7%	-0,6%	-46.645	-43.602
Ativo Permanente	5.990.542	6.910.035	7.472.849	38,9%	8.428.703	34,3%	40,7%	12,8%	2.438.161	955.854
Investimentos	40.498	75.298	110.898	0,6%	115.398	0,5%	184,9%	4,1%	74.900	4.500
Imobilizado	5.945.650	6.830.344	7.357.558	38,3%	8.313.305	33,8%	39,8%	13,0%	2.367.655	955.748
Intangível	4.394	4.394	4.394	0,0%	0	0,0%	-100,0%	-100,0%	-4.394	-4.394
Total do Ativo	16.476.084	18.162.251	19.212.117	100,0%	24.609.351	100,0%	49,4%	28,1%	8.133.267	5.397.234

Caixa e Equivalentes a Caixa: Observa-se uma redução de 18,8% no saldo do grupo de Caixa e Equivalentes a Caixa, sendo que em 2020 o saldo do grupo era de R\$ 1,2 milhão e em maio de 2023 o saldo apresentado é de R\$ 1 milhão, sendo observado que deste valor R\$ 364 mil encontra-se em caixa e R\$ 685 mil estão nas contas correntes.

Créditos a Curto e Longo Prazo: O grupo Créditos composto pelas contas “Duplicatas a Receber” e “Créditos a Funcionários” apresentou no mês de maio/23 um saldo de R\$ 5,9 milhões, tendo apresentado um aumento de R\$ 4,6 milhões de 2020 até o presente mês de análise. Já no longo prazo demonstrou saldo de R\$ 7,1 milhões tendo reduzido R\$ 46 mil no mesmo período. Assim, finalizou o período representando 53% do ativo total. Neste grupo cabe destacar ainda, o volume existente em valores a receber entre as empresas do grupo, conforme demonstrado abaixo:

Sudoeste Transportes Ltda	Sud Log Transportes	Viação Sudoeste Transportes e Turismo
	A receber AC	A receber AC
	Viação Sudoeste Transportes e Turismo	Sudoeste Transportes Ltda
Créditos ANC	Créditos ANC	Créditos ANC
Viação Sudoeste Transportes e Turismo	Viação Sudoeste Transportes e Turismo	Sudoeste Transportes Ltda
Sud Log Transporte de Cargas Ltda		
2.513.589,44	692.819,57	216.838,36
2.862.703,63		632.803,06

Adiantamentos: Sendo o grupo composto por “Adiantamentos a Fornecedores” e “Adiantamentos a Funcionários”, apresentou um saldo de R\$ 18 mil, o que

representa apenas 0,1% do ativo total. Observa-se que do ano 2020 a maio de 2023 houve uma redução de R\$ 86 mil.

Tributos a Recuperar/Compensar: Este grupo é constituído dos valores que poderão ser utilizados para compensação com os tributos devidos pela empresa. O saldo registrado neste grupo no mês de maio/23 foi de R\$ 411 mil, demonstrando um acréscimo de 138,6%, respectivamente R\$ 239 mil em relação a 2020.

Estoques: O saldo dos estoques é relativo ao valor constante de mercadoria para consumo e revenda, e, demonstram movimentação de acordo com as baixas referentes aos consumos efetuados no período. Em maio de 2023, os estoques da Empresa representaram 2,8% do ativo total. Verifica-se ainda redução de R\$ 179 mil de 2022 a maio de 2023.

Segue abaixo, um quadro que demonstra a composição do estoque referente aos períodos.

ESTOQUES	2020	2021	2022	mai/23
Diversos	414.811	677.918	866.135	686.839
Total	414.811	677.918	866.135	686.839
Variação %	0,00%	63,43%	27,76%	-20,70%

Imobilizado: Este grupo é formado pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades da empresa, caracterizados por apresentarem-se na forma tangível. O grupo apresentou, em maio de 2023, um montante de R\$ 8 milhões, ou seja, 33,8% do ativo total da Empresa, tendo registrado a depreciação acumulada dos anos de 2020, 2021, 2022 e dos cinco primeiros meses de 2023.

Verifica-se ainda que o maior volume financeiro está alocado na conta Bens e Direitos de Uso.

Apresenta-se abaixo um quadro com a composição demonstrativa do grupo:

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTNU ZELA4 5PAUG JOBRA



IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	2020	2021	2022	mai/23
Bens e Direitos em Uso	9.945.927	11.120.160	11.974.627	13.109.459
(-) Depreciação Acumulada	-4.000.276	-4.289.816	-4.617.070	-4.796.154
Software	60.004	60.004	60.004	60.004
(-) Amortização Acumulada	-55.610	-55.610	-55.610	-60.004
Total	5.950.044	6.834.737	7.361.951	8.313.305
Variação %		14,87%	7,71%	12,92%

6.1.2 Passivo

O passivo é o conjunto de obrigações e dívidas contraídas pela empresa para o financiamento da atividade organizacional. Os valores dos passivos têm origem nas despesas, como contas a pagar aos fornecedores ou ao governo, por exemplo, sendo demonstrados através do Balanço Patrimonial.

Os dados da composição dos Passivos serão apresentados abaixo com os respectivos saldos das contas que resultaram num total de R\$ 24,6 milhões em maio de 2023, mantendo a composição de distribuição citada no Ativo.

PASSIVO	2020	2021	2022	AV	mai/23	AV	AH mai23/2020	AH mai23/2021	Variação mai23/2020	Variação mai23/2022
Passivo Circulante	6.006.333	7.379.319	7.727.758	40,2%	10.134.149	41,2%	68,7%	31,1%	4.127.817	2.406.391
Empréstimos e Financiamentos	0	670.000	500.000	2,6%	1.332.634	5,4%	0,0%	166,5%	1.332.634	832.634
Fornecedores	1.601.913	1.798.976	2.466.333	12,8%	1.670.009	6,8%	4,3%	-32,3%	68.096	-796.324
Obrigações Sociais e Trabalhistas	916.498	959.927	1.038.164	5,4%	1.012.292	4,1%	10,5%	-2,5%	95.794	-25.873
Obrigações Tributárias	183.352	908.080	492.556	2,6%	247.583	1,0%	35,0%	-49,7%	64.232	-244.972
Outras Obrigações	3.304.570	3.042.336	3.230.705	16,8%	5.871.632	23,9%	77,7%	81,7%	2.567.062	2.640.927
Passivo Não Circulante	15.207.389	17.475.103	17.910.386	93,2%	18.361.147	74,6%	20,7%	2,5%	3.153.757	450.761
Passivo Exigível a Longo Prazo	15.207.389	17.475.103	17.910.386	93,2%	18.361.147	74,6%	20,7%	2,5%	3.153.757	450.761
Empréstimos e Financiamentos LP	10.980.077	13.333.458	13.152.766	68,5%	13.625.120	55,4%	24,1%	3,6%	2.645.043	472.354
Obrigações Tributárias LP	4.227.312	4.141.645	4.757.620	24,8%	4.736.026	19,2%	12,0%	-0,5%	508.714	-21.594
Patrimônio Líquido	-4.737.637	-6.692.170	-6.426.027	-33,4%	-3.885.945	-15,8%	-18,0%	-39,5%	851.693	2.540.082
Capital Social	2.128.000	2.128.000	2.128.000	11,1%	2.128.000	8,6%	0,0%	0,0%	0	0
Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.199.729	2.199.729	2.199.729	11,4%	2.199.729	8,9%	0,0%	0,0%	0	0
(-) Distribuição de Lucros	-343.786	-367.786	-373.786	-1,9%	-373.786	-1,5%	8,7%	0,0%	-30.000	0
Lucros e/ou Prejuízos Acumulados	-4.183.213	-6.195.046	-6.004.733	-31,3%	-3.325.225	-13,5%	-20,5%	-44,6%	857.988	2.679.508
Lucros/Prejuízo do Exercício	-4.685.420	-4.685.420	-4.685.420	-24,4%	-4.685.420	-19,0%	0,0%	0,0%	0	0
Contas Transitórias	147.053	228.353	310.183	1,6%	170.757	0,7%	16,1%	-44,9%	23.704	-139.425
Total do Passivo	16.476.084	18.162.251	19.212.117	100,0%	24.609.351	100,0%	49,4%	28,1%	8.133.267	5.397.234

Empréstimos e Financiamentos a Curto e Longo Prazo: No período anual de 2020 a maio de 2023 o grupo demonstrou alta de R\$ 3,9 milhões. Com saldo de R\$ 1,3 milhão devido em empréstimos e curto prazo e R\$ 13,6 milhões devido em empréstimos a longo prazo, configura a maior conta devedora das

empresas. Destaca-se abaixo o quadro de empréstimos entre empresas do grupo:

Sudoeste Transportes Ltda Empréstimos e Financiamentos PNC Viação Sudoeste Transportes e Turismo	632.803,06	Sud Log Transportes Empréstimos e Financiamentos PNC Sudoeste Transporte Ltda	2.862.729,73	Viação Sudoeste Transportes e Turismo Empréstimos e Financiamentos PNC Sudoeste Transportes Ltda Sud Log Transportes	2.513.589,95 692.819,57
--	------------	---	--------------	---	----------------------------

Fornecedores: No período de 2020 a maio de 2023 o grupo manteve-se similar, tendo apresentado aumento em 2021 e 2022 e posterior redução em maio de 2023. Com saldo de R\$ 1,6 milhão, os Fornecedores representaram 6,8% do total do passivo ao final do mês de análise. Destaca-se que a maior movimentação ocorreu de 2021 a 2022, onde houve uma alta de R\$ 667 mil.

Obrigações Sociais e Trabalhistas: Este grupo compõe-se das contas "Obrigações c/ Pessoal", "Obrigações Previdenciárias e Trabalhistas", e "Provisões". No período de análise verificou-se um saldo de R\$ 1 milhão, tendo aumentado R\$ 95 mil de 2020 a maio de 2023.

Outras Obrigações: Este grupo constitui-se no passivo circulante dos valores de "Adiantamento de Clientes", "Depósitos não Identificados", "Outras Contas a Pagar" e "Franqueados a Pagar". No período verificou-se um saldo de R\$ 5,8 milhões, representando 23,9% do passivo, sendo observado que este grupo aumentou R\$ 2,6 milhões em relação ao ano anterior, principalmente em outras contas a pagar, dentre as quais destaca-se a relação abaixo de contas a pagar entre empresas do grupo:

Sudoeste Transportes Ltda Outras Contas a Pagar PC Viação Sudoeste Transportes e Turismo	216.838,36	Sud Log Transportes Outras Contas a Pagar PC Viação Sudoeste Transportes e Turismo	2.882.989,95	Viação Sudoeste Transportes e Turismo Outras Contas a Pagar PC Sud Log	298,05
--	------------	--	--------------	--	--------

Obrigações Tributárias a Curto e Longo Prazo: Juntos estes grupos perfazem o saldo de R\$ 4,9 milhões, tendo aumentado R\$ 572 mil comparativamente do ano 2020 a maio de 2023.

Patrimônio Líquido: É formado pelo grupo de contas que registra o valor contábil pertencente aos acionistas e os Prejuízos Acumulados. O capital social, conta integrante deste grupo representa os valores recebidos pela empresa, em forma de subscrição ou por ela gerados. O patrimônio líquido das Empresas demonstra

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTNU ZELA4 5PAUG JOBRA

um saldo negativo de R\$ 3,8 milhões, onde destaca-se o prejuízo acumulado sofrido pela empresa Sud Log Transporte de Cargas, no valor de R\$ 6,8 milhões, o que levou ao saldo negativo ora demonstrado pelo grupo.

Outras avaliações serão realizadas a seguir nos tópicos de Demonstração do Resultado do Exercício.

6.2 Indicadores Financeiros

Os indicadores financeiros nada mais são do que métricas e mecanismos para coletar e gerar informações financeiras sobre uma determinada situação. No caso de um negócio, os indicadores financeiros servem para demonstrar quão saudável é um determinado empreendimento. A seguir faremos a análise dos principais indicadores das Recuperandas e para melhor entendimento destacamos as interpretações relativa a cada um deles.

6.2.1 Índices de Liquidez

Os índices de liquidez avaliam a capacidade financeira de uma empresa satisfazer as obrigações assumidas com terceiros. As informações para o cálculo destes índices são retiradas unicamente do Balanço Patrimonial e devem responder se o volume de disponibilidade da empresa é suficiente para cobrir suas obrigações. Uma forma de interpretação é que estes índices estejam acima de 1, assim para cada R\$ 1,00 devido no curto prazo, pode-se dizer que a empresa possui este valor para quitar aquelas obrigações.

ÍNDICES DE LIQUIDEZ	2020	2021	2022	mai/23
Liquidez Corrente	0,55	0,40	0,59	0,89
Liquidez Geral	0,49	0,45	0,46	0,57
Liquidez Imediata	0,22	0,09	0,06	0,10
Liquidez Seca	0,48	0,31	0,48	0,83

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTNU ZELA4 5PAUG JOBRA

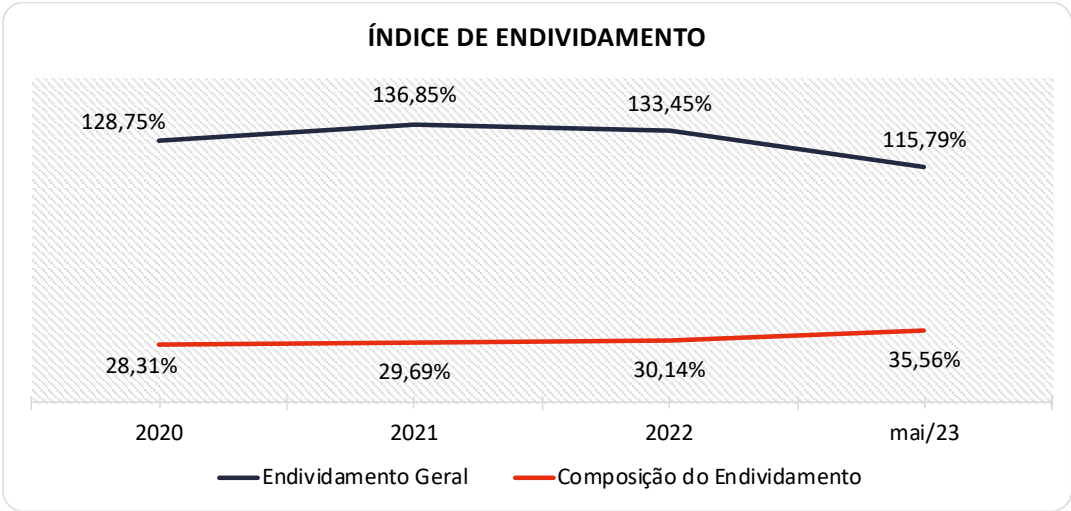
6.2.3 Índices de Liquidez Geral

O cálculo deste indicador é efetuado por meio da divisão da “Disponibilidade Total” (ativo circulante, somado ao ativo não circulante, desconsiderando o ativo permanente) pelo “Total Exigível” (passivo circulante somado ao passivo não circulante).

O índice de liquidez geral da Empresa se apresentou instável durante os anos, apresentando o valor de **R\$ 0,57**, portanto a sociedade empresária **não dispunha** de ativos suficientes para o pagamento das suas dívidas com vencimento a curto e longo prazo, uma vez que a capacidade de pagamento era de **R\$ 0,57** para cada **R\$ 1,00** de dívida. Destaca-se a liquidez geral **aumentou** levemente de 2020 a maio de 2023.

6.2.3 Índices de Endividamento

O cálculo destes índices avalia o grau de endividamento da empresa e o prazo que compõe seu endividamento. A interpretação é no sentido de que “quanto maior, pior”, pois, quanto maior for o percentual da composição do endividamento, mais dívidas terá para pagar a Curto Prazo, e maior será a pressão para a empresa gerar recursos para honrar seus compromissos:



Nota-se que em 2020 o endividamento apresentava um percentual de 128% o qual subiu para 136% no ano de 2021, retornando a 115% em 2023.

Em maio de 2023 a Empresa apresentou um endividamento de R\$ 28,4 milhões, sendo 35,56% das dívidas alocadas a curto prazo. Dado ao volume apresentado de endividamento, no caso de uma liquidação, as empresas não serão capazes de quitar suas dívidas com os recursos do ativo.

6.2.4 Índices de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade evidenciam o quanto renderam os investimentos efetuados pelas empresas, e pode ser entendida como o grau de remuneração de um negócio, por isso, “quanto maior, melhor”.

Margem líquida é o lucro alcançado pela empresa, obtido a partir da divisão do resultado líquido pela receita operacional.

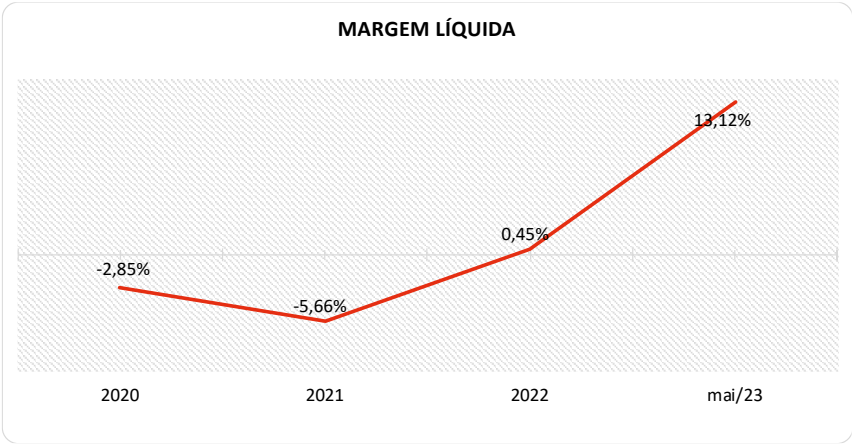
Rentabilidade do Ativo é um indicador muito útil para acompanhamento da evolução ao longo do tempo da empresa. A porcentagem resultante mostra a eficiência da aplicação dos **ativos** e quanto lucro eles estão gerando, obtido a partir da divisão do resultado líquido pelo ativo total.

ÍNDICES DE RENTABILIDADE	2020	2021	2022	mai/23
Margem Líquida	-2,85%	-5,66%	0,45%	13,12%
Rentabilidade do Ativo	-5,99%	-11,08%	1,00%	10,90%

Percebe-se oscilações no semestre, tendo a empresa obtido margem e rentabilidade desfavorável no ano 2020 e 2021. Nota-se que no ano 2023, as empresas apresentaram margem **positiva**, conforme representação gráfica a seguir:

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTNU ZELA4 5PAUG JOBRA

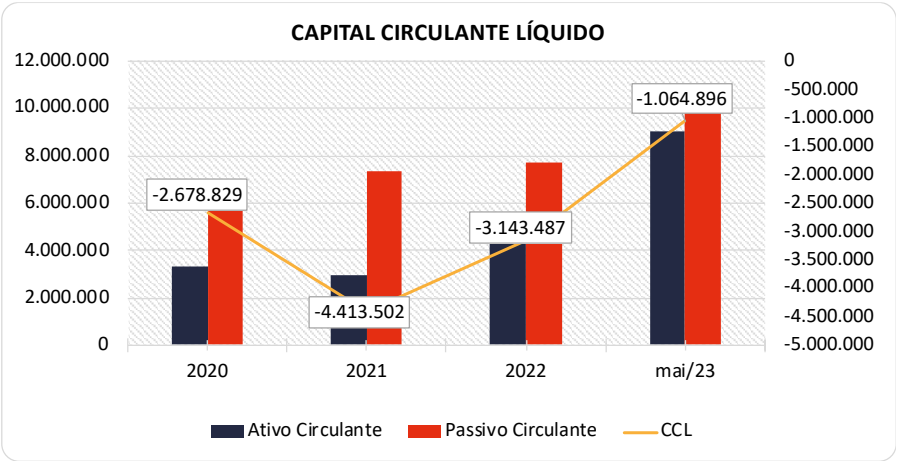




6.2.5 Capital Circulante Líquido

O capital circulante líquido apresenta o risco de insolvência da empresa, por isso, quanto maior for o CCL (Capital Circulante **positivo**), menor será a probabilidade de insolvência técnica da empresa, uma vez que caso ela apresente alto volume de CCL **negativo** entende-se que terá dificuldade de honrar suas obrigações, pois, as dívidas de curto prazo serão superiores aos ativos de curto prazo.

De acordo com as informações obtidas no Balancete do mês, para uma dívida a curto prazo de R\$ 10,1 milhões, a Empresa possui no ativo circulante o valor de R\$ 9 milhões, que se transformados em recursos disponíveis, seriam suficientes para pagar 89,5% das dívidas de curto prazo.



Percebe-se que a Empresa aumentou seu CCL **negativo** em 64% em comparativamente de 2020 a 2021, vindo a melhorar este indicador em 2023, entretanto mantendo-o ainda desfavorável.

6.3 Demonstração do Resultado do Exercício

A demonstração do resultado do exercício, ou DRE, é um relatório de demonstração contabilística dinâmica que se destina a evidenciar a formação do resultado líquido, através do confronto das receitas, custos e resultados, apurados em determinado período.

A DRE deve ser elaborada segundo o princípio contábil do regime de competência, onde as receitas e despesas devem ser simultaneamente incluídas na operação do resultado do período em que ocorreram.

Com base nas demonstrações financeiras recebidas, foi analisada a demonstração de resultado das Empresas referente aos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 até maio, conforme demonstração resumo da DRE a seguir.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2020	2021	2022	AV	mai/23	AV
Receitas Operacionais Brutas	36.366.896	37.093.618	44.094.715	100,0%	20.772.794	100,0%
(-) Deduções das Receitas	-1.760.467	-1.552.811	-1.446.733	-3,3%	-334.700	-1,6%
(=) Receita Líquida de Vendas	34.606.429	35.540.807	42.647.982	96,7%	20.438.094	98,4%
(-) Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços	-30.602.356	-32.789.487	-35.925.830	-81,5%	-14.603.142	-70,3%
(=) Lucro Bruto	4.004.073	2.751.319	6.722.152	15,2%	5.834.952	28,1%
(-) Despesas Operacionais	-3.636.619	-4.094.786	-5.013.508	-11,4%	-2.402.117	-11,6%
(=) Resultado Operacional (Ebitda)	367.455	-1.343.467	1.708.645	3,9%	3.432.835	16,5%
(-) Depreciação e Amortizações	-96.948	-289.540	-327.253	-0,7%	-183.478	-0,9%
(-) Encargos Financeiros Líquidos	-1.017.163	-534.264	-1.205.671	-2,7%	-591.004	-2,8%
(=) Result. do Exerc. Antes do RNO	-746.656	-2.167.271	175.720	0,4%	2.658.354	12,8%
(+/-) Resultado Não Operacional	-240.072	154.396	16.390	0,0%	23.181	0,1%
(=) Result. do Exerc. Antes das Prov.	-986.728	-2.012.875	192.109	0,4%	2.681.535	12,9%
(-) Provisões de IRPJ e CSLL	0	0	0	0,0%	0	0,0%
(=) Resultado Líquido do Exercício	-986.728	-2.012.875	192.109	0,4%	2.681.535	12,9%

6.3.1 Receitas

As receitas consistem na soma de todas as vendas, seja de produtos ou de serviços, realizadas em um determinado período. Elas demonstram a real capacidade da empresa e sua participação no mercado, ou seja, no fluxo de caixa da empresa, a receita constitui parte das entradas de dinheiro.

A seguir apresentamos o quadro de obtenção de receitas dos quatro períodos, onde pode-se constatar as oscilações ocorridas.

RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	2020	2021	2022	mai/23
Receita de Serviços de Transportes de Cargas e Encomendas	33.227.675	33.403.219	39.058.302	18.551.864
Receita de Transporte de Passageiros	3.139.221	3.690.399	5.036.413	2.220.930
Total	36.366.896	37.093.618	44.094.715	20.772.794

No ano 2023, até maio, a Empresa apresentou R\$ 20 milhões de Receita Operacional Bruta, demonstrando um aumento de 13% se comparado a média mensal de períodos similares entre 2023 e 2022.

Por fim, observa-se que no ano 2022 a Empresa apresentou uma receita de R\$ 44 milhões, sendo a maior receita quando analisado período anual desde 2020.

6.3.2 Lucro Bruto

O **Lucro Bruto** é o quanto sobra da receita obtida com as vendas dos produtos e serviços para pagar as despesas operacionais (e ter lucro), após o reconhecimento das deduções das receitas (impostos e devoluções sobre vendas) e do pagamento dos custos (matérias-primas e outros gastos decorrentes da produção das mercadorias).

DEDUÇÕES DA RECEITA E CUSTOS	2020	2021	2022	mai/23
(-) Deduções das Receitas	-1.760.467	-1.552.811	-1.446.733	-334.700
(=) Receita Líquida de Vendas	34.606.429	35.540.807	42.647.982	20.438.094
(-) Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços	-30.602.356	-32.789.487	-35.925.830	-14.603.142
(=) Lucro Bruto	4.004.073	2.751.319	6.722.152	5.834.952
% Lucro Bruto	11,01%	7,42%	15,24%	28,09%

Os custos e deduções das receitas representaram 71,9% do faturamento bruto obtido em 2023, onde destaca-se a melhora deste indicador quando comparado aos anos anteriores, obtendo um resultado Bruto positivo de 28,09%, maior do que o observado em 2022, que havia sido favorável em 15,24%. Portanto, visualiza-se a melhora operacional no corrente ano.

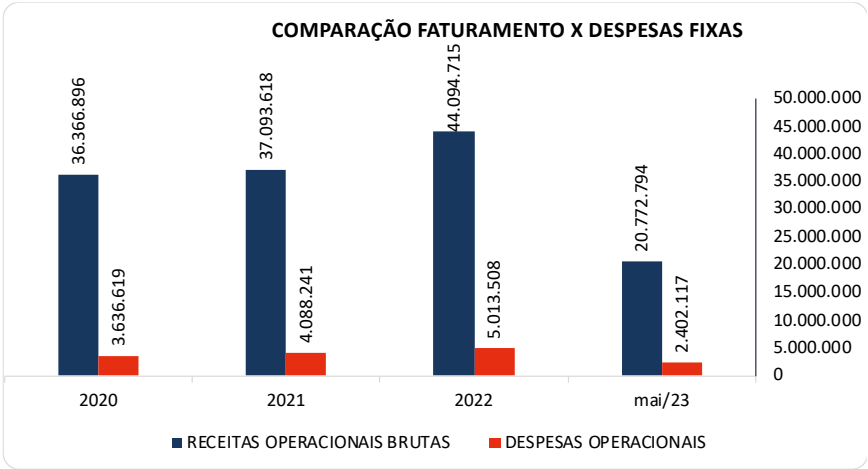
6.3.3 Receitas X Despesas Operacionais

As despesas operacionais da Empresa totalizaram R\$ 2,4 milhões até maio de 2023, tendo aumentado 6% no período de 2022 a 2023, quando comparado uma média em números de meses.

Para melhor compreensão apresenta-se a seguir um quadro comparativo entre receitas e despesas operacionais do período.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTNU ZELA4 5PAUG JOBRA



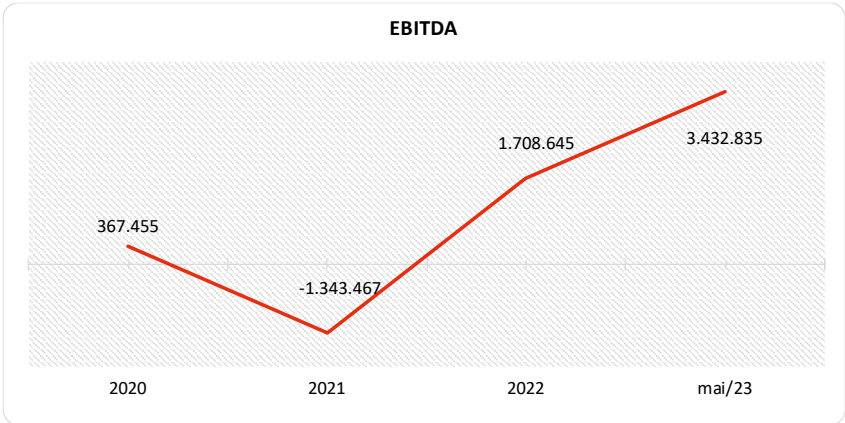


6.3.4 Evolução do Ebitda

Em inglês **Ebitda** é a sigla para *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*. Em português, “Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização” (também conhecida como Lajida).

O Ebitda representa a geração operacional de caixa da empresa, ou seja, o **quanto a empresa gera de recursos** apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e das depreciações.

Portanto, o **Ebitda** constitui um indicador capaz de demonstrar o verdadeiro desempenho da atividade operacional, por isso está denominado na análise da DRE como Resultado Operacional, cuja evolução da Requerente segue abaixo:



Com o Lucro Bruto positivo, houve sobra suficiente para cobertura das despesas operacionais, resultando em um Ebitda (resultado operacional) favorável na ordem de R\$ 3,4 milhões, representando 16,5% sobre o faturamento do período, sendo um resultado maior quando comparado ao ano anterior, que havia sido favorável em R\$ 1,7 milhão.

6.3.5 Resultado Operacional x Resultado Líquido do Exercício

A tabela abaixo se refere à evolução do Ebitda em confrontação com o Resultado Líquido do Exercício registrados pela Empresa.

Nesta análise, incorpora-se as depreciações, amortizações e resultados não operacionais consumando-se com o resultado líquido.

CONTAS	2020	2021	2022	mai/23
(=) Resultado Operacional (Ebitda)	367.455	-1.343.467	1.708.645	3.432.835
(-) Depreciação e Amortizações	-96.948	-289.540	-327.253	-183.478
(-) Encargos Financeiros Líquidos	-1.017.163	-534.264	-1.205.671	-591.004
(=) Result. do Exerc. Antes do RNO	-746.656	-2.167.271	175.720	2.658.354
(+/-) Resultado Não Operacional	-240.072	154.396	16.390	23.181
(=) Result. do Exerc. Antes das Prov.	-986.728	-2.012.875	192.109	2.681.535
(-) Provisões de IRPJ e CSLL	0	0	0	0
(=) Resultado Líquido do Exercício	-986.728	-2.012.875	192.109	2.681.535

Com seu Ebitda positivo, após reconhecimento das Depreciações e Encargos Financeiros, que apresentaram um saldo negativo de R\$ 774 mil, as Empresas fecharam com o Resultado Líquido do Exercício favorável na ordem de R\$ 2,6 milhões, sendo um resultado expressivamente melhor comparativamente aos anos anteriores.

6.4 Fluxo de Caixa Previsto

Um dos relatórios mais importantes para a gestão é o Fluxo de caixa. O seu objetivo é evidenciar alterações no saldo de disponibilidades da empresa em

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTNU ZELA4 5PAUG JOBRA



um determinado período, no qual são registradas as previsões de entradas e saídas de recursos do negócio.

A seguir visualiza-se o fluxo de caixa previsto de junho de 2023 a abril de 2024, realizado de forma consolidada, considerando a liberação das travas bancárias, conforme informado pelo grupo requerente.

Negócio: Cargas e Passageiro	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24
EMPRESAS	VIACÃO SUDOESTE TRANSP. E TURISMO - SUDOESTE TRANSPORTES LTDA - SUD LOG TRANSPORT DE CARGAS LTDA										
ENTRADAS OPERACIONAIS	R\$ 3.610.758,00	R\$ 3.734.467,57	R\$ 3.850.751,49	R\$ 3.712.578,18	R\$ 3.941.804,00	R\$ 4.233.502,21	R\$ 3.843.158,52	R\$ 3.965.156,72	R\$ 3.513.444,88	R\$ 3.517.356,00	R\$ 3.848.984,16
BANCO	R\$ 3.527.656,00	R\$ 3.632.715,90	R\$ 3.767.159,79	R\$ 3.628.986,48	R\$ 3.849.026,50	R\$ 4.149.396,21	R\$ 3.730.216,02	R\$ 3.844.211,49	R\$ 3.431.308,21	R\$ 3.433.939,50	R\$ 3.760.068,72
CAIXA	R\$ 83.102,00	R\$ 101.751,67	R\$ 83.591,70	R\$ 83.591,70	R\$ 92.777,50	R\$ 84.106,00	R\$ 112.942,50	R\$ 120.945,23	R\$ 82.136,67	R\$ 83.416,50	R\$ 88.915,44
SAÍDAS OPERACIONAIS	R\$ 3.485.791,68	R\$ 3.573.450,60	R\$ 3.668.343,89	R\$ 3.550.884,95	R\$ 3.748.975,20	R\$ 4.163.109,93	R\$ 3.766.427,55	R\$ 3.816.221,59	R\$ 3.388.327,08	R\$ 3.331.167,00	R\$ 3.691.148,55
GASTOS COM A FROTA	R\$ 735.676,54	R\$ 773.184,88	R\$ 771.337,30	R\$ 752.525,22	R\$ 801.903,33	R\$ 836.607,48	R\$ 793.766,90	R\$ 843.660,04	R\$ 714.906,16	R\$ 717.196,80	R\$ 783.077,40
VEÍCULOS TERCEIRIZADOS	R\$ 742.936,05	R\$ 720.103,50	R\$ 730.828,00	R\$ 733.529,25	R\$ 751.782,59	R\$ 816.758,31	R\$ 725.891,50	R\$ 735.680,00	R\$ 721.097,50	R\$ 659.319,00	R\$ 742.117,20
COMISSÕES DE AGÊNCIAS	R\$ 536.322,51	R\$ 551.422,22	R\$ 573.888,78	R\$ 552.176,63	R\$ 586.054,91	R\$ 625.991,73	R\$ 549.834,35	R\$ 583.192,46	R\$ 521.268,90	R\$ 521.586,30	R\$ 572.377,36
DESPESAS COM PESSOAL	R\$ 864.305,20	R\$ 897.362,40	R\$ 921.992,05	R\$ 888.986,96	R\$ 945.503,06	R\$ 1.181.914,95	R\$ 1.061.919,50	R\$ 956.193,13	R\$ 840.775,77	R\$ 841.945,50	R\$ 922.529,04
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	R\$ 174.521,20	R\$ 186.868,96	R\$ 201.311,63	R\$ 178.899,31	R\$ 191.602,26	R\$ 197.824,69	R\$ 191.565,50	R\$ 220.432,11	R\$ 170.349,10	R\$ 170.910,30	R\$ 203.223,47
INDENIZAÇÕES	R\$ 25.291,44	R\$ 25.603,68	R\$ 33.992,00	R\$ 26.081,04	R\$ 27.588,35	R\$ 29.835,92	R\$ 25.248,40	R\$ 33.440,00	R\$ 24.548,00	R\$ 24.532,80	R\$ 33.732,60
DESPESAS DIVERSAS	R\$ 406.738,74	R\$ 418.904,96	R\$ 434.994,13	R\$ 418.686,54	R\$ 444.540,69	R\$ 474.176,85	R\$ 418.201,40	R\$ 443.623,85	R\$ 395.381,65	R\$ 395.676,30	R\$ 434.091,48
RESULTADO OPERACIONAL	R\$ 124.966,32	R\$ 161.016,97	R\$ 182.407,60	R\$ 161.693,23	R\$ 192.828,80	R\$ 70.392,28	R\$ 76.730,97	R\$ 148.935,13	R\$ 125.117,80	R\$ 186.189,00	R\$ 157.835,61
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
EMPRESTIMOS/GIROS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	R\$ 14.714,85	R\$ 14.906,95	R\$ 15.335,32	R\$ 14.974,97	R\$ 15.508,30	R\$ 16.196,57	R\$ 14.845,92	R\$ 15.373,52	R\$ 14.468,42	R\$ 14.469,71	R\$ 15.293,78
DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 8.624,11	R\$ 8.816,21	R\$ 9.244,58	R\$ 8.884,23	R\$ 9.417,56	R\$ 10.105,83	R\$ 8.755,18	R\$ 9.282,78	R\$ 8.377,68	R\$ 8.378,97	R\$ 9.203,04
EMPRESTIMOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
INVESTIMENTOS	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	R\$ 14.714,85	R\$ 14.906,95	R\$ 15.335,32	R\$ 14.974,97	R\$ 15.508,30	R\$ 16.196,57	R\$ 14.845,92	R\$ 15.373,52	R\$ 14.468,42	R\$ 14.469,71	R\$ 15.293,78
RESULTADO GERAL	R\$ 110.251,47	R\$ 146.110,02	R\$ 167.072,28	R\$ 146.718,26	R\$ 177.320,50	R\$ 54.195,71	R\$ 61.885,05	R\$ 133.561,61	R\$ 110.649,38	R\$ 913.925,69	R\$ 286.467,96
Parcelas De Financiamento Excluídas	R\$ 264.573,83	R\$ 255.866,27	R\$ 323.677,37	R\$ 322.541,37	R\$ 320.782,37	R\$ 324.852,66	R\$ 317.663,69	R\$ 317.077,69	R\$ 315.941,69	R\$ 313.925,69	R\$ 286.467,96

Fonte: Elaborado pela Requerente.

Em sequência temos a mesma projeção em períodos, entretanto nesta segunda tabela as empresas apresentam o fluxo de caixa consolidado, sem considerar a liberação das travas bancárias.

Negócio: Cargas e Passageiro	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24
EMPRESAS	VIACÃO SUDOESTE TRANSP. E TURISMO - SUDOESTE TRANSPORTES LTDA - SUD LOG TRANSPORT DE CARGAS LTDA										
ENTRADAS OPERACIONAIS	R\$ 2.943.194,97	R\$ 3.153.268,40	R\$ 3.363.956,03	R\$ 3.336.624,46	R\$ 3.662.127,62	R\$ 4.080.159,18	R\$ 3.723.333,19	R\$ 3.889.868,89	R\$ 3.530.379,91	R\$ 3.593.866,19	R\$ 4.046.360,85
BANCO	R\$ 2.860.092,97	R\$ 3.051.516,73	R\$ 3.280.364,33	R\$ 3.253.032,76	R\$ 3.569.350,12	R\$ 3.996.053,18	R\$ 3.610.390,69	R\$ 3.768.923,66	R\$ 3.448.243,24	R\$ 3.510.449,69	R\$ 3.957.445,41
CAIXA	R\$ 83.102,00	R\$ 101.751,67	R\$ 83.591,70	R\$ 83.591,70	R\$ 92.777,50	R\$ 84.106,00	R\$ 112.942,50	R\$ 120.945,23	R\$ 82.136,67	R\$ 83.416,50	R\$ 88.915,44
SAÍDAS OPERACIONAIS	R\$ 3.485.791,68	R\$ 3.573.450,60	R\$ 3.668.343,89	R\$ 3.550.884,95	R\$ 3.748.975,20	R\$ 4.163.109,93	R\$ 3.766.427,55	R\$ 3.816.221,59	R\$ 3.388.327,08	R\$ 3.331.167,00	R\$ 3.691.148,55
GASTOS COM A FROTA	R\$ 735.676,54	R\$ 773.184,88	R\$ 771.337,30	R\$ 752.525,22	R\$ 801.903,33	R\$ 836.607,48	R\$ 793.766,90	R\$ 843.660,04	R\$ 714.906,16	R\$ 717.196,80	R\$ 783.077,40
VEÍCULOS TERCEIRIZADOS	R\$ 742.936,05	R\$ 720.103,50	R\$ 730.828,00	R\$ 733.529,25	R\$ 751.782,59	R\$ 816.758,31	R\$ 725.891,50	R\$ 735.680,00	R\$ 721.097,50	R\$ 659.319,00	R\$ 742.117,20
COMISSÕES DE AGÊNCIAS	R\$ 536.322,51	R\$ 551.422,22	R\$ 573.888,78	R\$ 552.176,63	R\$ 586.054,91	R\$ 625.991,73	R\$ 549.834,35	R\$ 583.192,46	R\$ 521.268,90	R\$ 521.586,30	R\$ 572.377,36
DESPESAS COM PESSOAL	R\$ 864.305,20	R\$ 897.362,40	R\$ 921.992,05	R\$ 888.986,96	R\$ 945.503,06	R\$ 1.181.914,95	R\$ 1.061.919,50	R\$ 956.193,13	R\$ 840.775,77	R\$ 841.945,50	R\$ 922.529,04
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	R\$ 174.521,20	R\$ 186.868,96	R\$ 201.311,63	R\$ 178.899,31	R\$ 191.602,26	R\$ 197.824,69	R\$ 191.565,50	R\$ 220.432,11	R\$ 170.349,10	R\$ 170.910,30	R\$ 203.223,47
INDENIZAÇÕES	R\$ 25.291,44	R\$ 25.603,68	R\$ 33.992,00	R\$ 26.081,04	R\$ 27.588,35	R\$ 29.835,92	R\$ 25.248,40	R\$ 33.440,00	R\$ 24.548,00	R\$ 24.532,80	R\$ 33.732,60
DESPESAS DIVERSAS	R\$ 406.738,74	R\$ 418.904,96	R\$ 434.994,13	R\$ 418.686,54	R\$ 444.540,69	R\$ 474.176,85	R\$ 418.201,40	R\$ 443.623,85	R\$ 395.381,65	R\$ 395.676,30	R\$ 434.091,48
RESULTADO OPERACIONAL	R\$ 542.596,71	R\$ 420.182,20	R\$ 304.387,86	R\$ 214.260,49	R\$ 86.847,58	R\$ 82.950,75	R\$ 43.094,36	R\$ 73.647,30	R\$ 142.052,83	R\$ 262.699,19	R\$ 355.212,30
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
EMPRESTIMOS/GIROS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	R\$ 14.692,53	R\$ 14.906,95	R\$ 15.335,32	R\$ 14.974,97	R\$ 15.508,30	R\$ 16.196,57	R\$ 14.845,92	R\$ 15.373,52	R\$ 14.468,42	R\$ 14.469,71	R\$ 15.293,78
DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 8.601,79	R\$ 8.816,21	R\$ 9.244,58	R\$ 8.884,23	R\$ 9.417,56	R\$ 10.105,83	R\$ 8.755,18	R\$ 9.282,78	R\$ 8.377,68	R\$ 8.378,97	R\$ 9.203,04
EMPRESTIMOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
INVESTIMENTOS	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74	R\$ 6.090,74
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	R\$ 14.692,53	R\$ 14.906,95	R\$ 15.335,32	R\$ 14.974,97	R\$ 15.508,30	R\$ 16.196,57	R\$ 14.845,92	R\$ 15.373,52	R\$ 14.468,42	R\$ 14.469,71	R\$ 15.293,78
RESULTADO GERAL	R\$ 557.289,24	R\$ 435.089,14	R\$ 319.723,18	R\$ 229.235,46	R\$ 102.355,88	R\$ 99.147,33	R\$ 57.940,28	R\$ 58.273,78	R\$ 127.584,41	R\$ 248.229,48	R\$ 339.918,53

Fonte: Elaborado pela Requerente.

Conforme percebido, há uma diferença entre o fluxo 1 e o fluxo 2, demonstrando na primeira tabela que a liberação das travas se demonstra benéfica proporcionando um fluxo de caixa positivo desde o mês de junho/23. Tal fato não ocorre na segunda tabela, onde havendo travas de valores, o fluxo ficaria positivo apenas no mês de janeiro de 2024.

7. VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS PARA PROPOSITURA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No presente Laudo serão utilizadas as seguintes legendas para constatação do preenchimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 11.101/2005 para a propositura do pedido de Recuperação Judicial:

Regular
Irregular
Não atendido



Ressalta-se que as Requerentes estarão representadas numericamente na tabela abaixo da seguinte forma:

- 1 VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES LTDA
- 2 SUDOESTE TRANSPORTES LTDA
- 3 SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA - ME

Abaixo, segue a planilha com a relação documental apresentada pelas Requerentes:

REQUISITOS GERAIS				
Dispositivo Legal	Normativa	Cumprimento		Justificativa
		Requerente	Movimento	
Art. 1º, LRE	Esta Lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor.	1	1.61 a 1.76	As Requerentes compravam que estão regularmente constituídas sob a forma de sociedade empresária limitada.
		2	1.25 a 1.60	
		3	1.7 a 1.24	
Art. 3º, LRE	É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do	1	Termo de Diligência (em anexo)	A Técnica realizou vistoria no estabelecimento sede das Requerentes, localizado no Município de Francisco Beltrão/PR, bem como analisou os documentos juntados aos
		2		

	devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.	3		autos, conforme item 6 deste Laudo, levando à conclusão de que o Juízo competente para o processamento do presente pedido de Recuperação Judicial é a Comarca de Francisco Beltrão/PR.
Verificação de estabelecimento		1	Termo de Diligência (em anexo)	A Técnica realizou vistoria no estabelecimento sede das Requerentes com o objetivo de verificar a existência e funcionamento da atividade e colher informações sobre o seu atual estado, oportunidade em que constatou que as empresas operam normalmente, conforme exposto em item 4 deste Laudo.
		2		
		3		

ARTIGO 48, LEI 11.101/2005				
Dispositivo Legal	Normativa	Cumprimento		Justificativa
		Requerente	Movimento	
Caput	Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos.	1	1.61 a 1.76	As Requerentes atendem e comprovam o exercício das atividades há mais de dois anos.
		2	1.25 a 1.60	
		3	1.7 a 1.24	
Inciso I	Não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes.	1	1.307 a 1.310	Ausentes certidões no CNPJ das filiais de Guarapuava/PR e Guarulhos/SP.
		2	1.258 a 1.265	Ausentes certidões no CNPJ das filiais de Londrina/PR, Maringá/PR, Cascavel/PR, Guarapuava/PR e Guarulhos/SP.
		3	1.204 a 1.210	Ausentes certidões no CNPJ das filiais de São José dos Pinhais/PR, Londrina/PR, Maringá/PR, Cascavel/PR, Guarapuava/PR e Guarulhos/SP.

Inciso II	Não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial.	1	1.307 a 1.310	Ausentes certidões no CNPJ das filiais de Guarapuava/PR e Guarulhos/SP.
		2	1.258 a 1.265	Ausentes certidões no CNPJ das filiais de Londrina/PR, Maringá/PR, Cascavel/PR, Guarapuava/PR e Guarulhos/SP.
		3	1.204 a 1.210	Ausentes as certidões no CNPJ das filiais de São José dos Pinhais/PR, Londrina/PR, Maringá/PR, Cascavel/PR, Guarapuava/PR e Guarulhos/SP.
Inciso III	Não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo.	1	1.307 a 1.310	Ausentes as certidões no CNPJ das filiais de Guarapuava/PR e Guarulhos/SP.
		2	1.258 a 1.265	Ausentes as certidões no CNPJ das filiais, de Londrina/PR, Maringá/PR, Cascavel/PR, Guarapuava/PR e Guarulhos/SP.
		3	1.204 a 1.210	Ausentes as certidões no CNPJ das filiais de São José dos Pinhais/PR, Londrina/PR, Maringá/PR, Cascavel/PR, Guarapuava/PR e Guarulhos/SP.
Inciso IV	Não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.	1	1.299 a 1.302, 1.383 a 1.391 e 1.412 a 1.419	Ausentes as certidões no CNPJ das filiais de Guarapuava/PR e Guarulhos/SP.
		2	1.243 a 1.250, 1.383 a 1.391	Ausentes as certidões no CNPJ das filiais de Londrina/PR, Maringá/PR, Cascavel/PR, Guarapuava/PR e Guarulhos/SP.
		3	1.190 a 1.196, 1.327 a 1.334 e 1.355 a 1.362	Ausentes as certidões no CNPJ das filiais de São José dos Pinhais/PR, Londrina/PR, Maringá/PR, Cascavel/PR, Guarapuava/PR e Guarulhos/SP.

ARTIGO 51, LEI 11.101/2005			
Dispositivo Legal	Normativa	Cumprimento	Justificativa

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTNU ZELA4 5PAUG JOBRA



		Requerente	Movimento	
Inciso I	Exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira.	1	1.1	
		2		
		3		
Inciso II, alínea "a"	Balanço patrimonial relativo aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido.	1	1.84, 1.87, 1.90, 1.91, 1.127 e 1.130	
		2	1.83, 1.86, 1.89, 1.91, 1.127 e 1.129	
		3	1.82, 1.85, 1.88, 1.91, 1.127 e 1.128	
Inciso II, alínea "b"	Demonstração de resultados acumulados aos 3 (três) últimos exercícios sociais.	1	1.109, 1.112, 1.115 e 1.131	
		2	1.108, 1.111, 1.114 e 1.131	
		3	1.107, 1.110, 1.113 e 1.131	
Inciso II, alínea "c"	Demonstração do resultado desde o último exercício social, levantados especialmente para instruir o pedido.	1	1.135 e 1.138	
		2	1.135 e 1.137	
		3	1.135 e 1.136	
Inciso II, alínea "d"	Relatório gerencial de fluxo de caixa relativo aos 3 (três) últimos exercícios sociais e de sua projeção.	1	1.118, 1.121, 1.124, 1.125, 1.139 e 1.142 a 1.444	
		2	1.117, 1.120, 1.223, 1.125, 1.139, 1.141 e 1.143 a 1.144	

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTNU ZELA4 5PAUG JQBRA



Laudo de Constatação Prévia

51

		3	1.116, 1.119, 1.122, 1.125, 1.139, 1.140 e 1.143 a 1.144	
Inciso II, alínea "e"	Descrição das sociedades de grupo societário, de fato ou de direito.	1	1.1 e 1.146	As Requerentes indicam de modo satisfatório a existência de grupo econômico no seu pedido inicial, detalhando especificamente a relação de interconexão entre as empresas para fins de configuração de litisconsórcio ativo na modalidade de consolidação substancial, conforme exposto em item 5 deste Laudo.
		2		
		3		
Inciso III	Relação nominal completa dos credores, sujeitos ou não à recuperação judicial, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço físico e eletrônico de cada um, a natureza, conforme estabelecido nos arts. 83 e 84 desta Lei, e o valor atualizado do crédito, e o regime dos vencimentos.	1	1.148 a 1.150, 1.154 e 1.156	Ausente discriminação entre credores sujeitos dos não sujeitos na relação nominal apresentada, especialmente dos previstos no §3º do artigo 49 da Lei 11.101/2005.
		2	1.148 a 1.150, 1.153 e 1.156	
		3	1.148 a 1.150, 1.152 e 1.156	
Inciso IV	Relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento.	1	1.179 a 1.180 e 1.181	
		2	1.177 a 1.178 e 1.181	
		3	1.171 a 1.173 e 1.181	
Inciso V	Certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores.	1	1.61 a 1.76 e 1.441	A última alteração do Contrato Social (mov. 1.60) não converge com a informação de último arquivamento da Certidão Simplificada (mov. 1.440).
		2	1.25 a 1.60 e 1.440	
		3	1.7 a 1.24 e 1.439	
Inciso VI	Relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor.	1	1.444 e 1.446	
		2	1.446	



		3	1.443 e 1.445	
Inciso VII	Extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras.	1	1.448, 1.464 a 1.470, 1.477, 1480 e 1.481	
		2	1.448, 1.454 a 1.463, 1.471 a 1.474, 1.476, 1.479 e 1.481	
		3	1.448, 1.449 a 1.453, 1.475, 1.478 e 1.481	
Inciso VIII	Certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial.	1	1.320 a 1.323	Ausentes certidões relativas aos CNPJs das filiais nas cidades em que estão estabelecidas, bem como, em relação ao CNPJ da sede, do: i) 2º Tabelionato de Protestos de Guarapuava/PR; ii) 1º Tabelionato de Protestos de Guarulhos/SP; iii) 2º Tabelionato de Protestos de Joinville/SC.
		2	1.283 a 1.290	Ausentes certidões relativas aos CNPJs das filiais nas cidades em que estão estabelecidas, bem como, em relação ao CNPJ da sede, do: i) 1º Tabelionato de Protestos de Cascavel/PR; ii) 2º Tabelionato de Protestos de Guarapuava/PR; iii) 1º e 3º Tabelionato de Protestos de Londrina/PR; iv) 1º Tabelionato de Protestos de São José dos Pinhais; v) 1º Tabelionato de Protestos de Guarulhos/SP; vi) 2º Tabelionato de Protestos de Maringá/PR; vii) 2º Tabelionato de Protestos de Joinville/SC.
		3	1.225 a 1.232	Ausentes certidões relativas aos CNPJs das filiais nas cidades em que estão estabelecidas, bem como, em relação ao CNPJ da sede do: i) 1º Tabelionato de Protestos de Cascavel/PR; ii) 2º Tabelionato de Protestos de Guarapuava/PR; iii) 1º e 3º Tabelionato de Protestos de Londrina/PR; iv) 1º Tabelionato de Protestos de São José dos Pinhais; v) 1º Tabelionato de

			Protestos de Tabelionato de Maringá/PR.	Guarulhos/SP; vi) 2º de Protestos de
Inciso IX	Relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.	1	1.489	
		2	1.488	
		3	1.487	
Inciso X	Relatório detalhado do passivo fiscal.	1	1.160	
		2	1.159	
		3	1.158	
Inciso XI	Relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49 desta Lei.	1	1.483, 1.485, 1.507, 1.164, 1.166 e 1.169	
		2	1.483 a 1.484, 1.491 a 1.492, 1.494 a 1.506, 1.163, 1.166 e 1.169	
		3	1.483, 1.493, 1.162, 1.166 e 1.169	
Parágrafo 5º	O valor da causa corresponderá ao montante total dos créditos sujeitos à recuperação judicial.	1	1.1 e 1.148 a 1.150	
		2		

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise das informações e documentos a que teve acesso a Técnica para elaboração do presente Laudo de Constatação Prévia, visando elucidar as determinações da decisão de seq. 16, pode-se concluir e opinar que:

- a) As empresas encontram-se em normal funcionamento e em condições fáticas de serem beneficiadas com a Recuperação Judicial;
- b) Após as diligências e análise dos documentos acostados aos autos e fornecidos pelas Requerentes, pode-se concluir que elas formam um grupo econômico de fato, a ensejar o deferimento do processamento do pedido de Recuperação Judicial sob a forma de consolidação processual e substancial, sendo neste último caso em decorrência da existência de garantias cruzadas, identidade parcial de quadros societários e atuação conjunta no mesmo âmbito de mercado, além da interconexão de passivos;
- c) Quanto à análise quantitativa e qualitativa dos documentos apresentados pelas Requerentes na Petição Inicial, não se verificou o cumprimento de todos os requisitos legais exigidos pela Lei 11.101/2005, em seus artigos 48 e 51, opinando a Técnica pela intimação das Requerentes para que emendem a Petição Inicial, juntando aos autos os documentos e esclarecimentos necessários, adiante detalhados:
 - c.1) Certidões negativa criminal e de distribuição de Falência e Recuperação Judicial das filiais localizadas em Guarapuava/PR



(02.026.255/0004-00, 02.343.801/0005-09 e 12.542.685/0003-49), Londrina/PR (02.343.801/0007-70 e 12.542.685/0005-00), Maringá/PR (02.343.801/0008-51 e 12.542.685/0007-72), Cascavel/PR (02.343.801/0009-32 e 12.542.685/0008-53), São José dos Pinhais/PR (12.542.685/0002-68) e Guarulhos/SP (02.026.255/0003-10, 02.343.801/0004-28 e 12.542.685/0006-91);

c.2) Indicação dos créditos sujeitos e não sujeitos na relação consolidada de credores;

c.3) Extrato de arquivamento de atos constitutivos na JUCEPAR (Certidão de Inteiro Teor) em relação à requerente SUDOESTE TRANSPORTES LTDA;

c.4) Certidões dos cartórios de protestos em relação aos CNPJs das filiais (nas cidades em que estão estabelecidas), bem como, em relação aos CNPJs da sede (12.542.685/0001-87, 02.343.801/0001-85 e 02.026.255/0001-59), do **i)** 1º Tabelionato de Protestos de Cascavel/PR (Sudoeste Transportes e SUD LOG); **ii)** 2º Tabelionato de Protestos de Guarapuava/PR (Viação Sudoeste, Sudoeste Transportes e SUD LOG); **iii)** 1º e 3º Tabelionato de Protestos de Londrina/PR (Sudoeste Transportes e SUD LOG); **iv)** 1º Tabelionato de Protestos de São José dos Pinhais (Sudoeste Transportes e SUD LOG); **v)** 1º Tabelionato de Protestos de Guarulhos/SP (Viação Sudoeste, Sudoeste Transportes e SUD LOG); **vi)** 2º Tabelionato de Protestos de Maringá/PR (Sudoeste Transportes e SUD LOG); **vii)** 2º Tabelionato de Protestos de Joinville/SC (Sudoeste Transportes).

d) Feitas estas considerações, no presente momento, a Técnica entende que o pedido de Recuperação Judicial não encontra condições de deferimento, em razão de as Requerentes não terem cumprido na integralidade os requisitos exigidos pela Lei 11.101/2005, opinando,



assim, pela sua intimação para que emendem a Petição Inicial, pugnando por nova vista para elaboração de laudo complementar, com possibilidade de intimação por contato telefônico, visando celeridade e economia processual.

- e) Por fim, a Técnica encerra o presente Laudo, composto por 57 (cinquenta e sete) laudas assinadas digitalmente, colocando-se à disposição deste D. Juízo, advogados das Requerentes e demais interessados para a prestação de quaisquer informações adicionais.

Maringá/PR, 20 de junho de 2023.

VALOR CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.

CLEVERSON MARCEL COLOMBO

OAB/PR 27.401



Valor Consultores

www.valorconsultores.com.br

Maringá/PR

Av. Duque de Caxias, nº 882
Edifício New Tower Plaza
Torre II, 6º Andar, Sala 603
Zona 07 - CEP 87.020-025
+55 44 3041-4882

Curitiba/PR

Av. Cândido de Abreu, nº 470
Edifício Neo Business
14º Andar, Conjunto 1407
Centro Cívico - CEP 87020-025
+55 41 3122-2060

São Paulo/SP

Av. Paulista, nº 2300
Edifício São Luís Gonzaga
Andar Pilotis
Bela Vista - CEP 01310-300
+55 11 2847-4958

